



Cabo Verde apanhado em relações perigosas com extrema-direita portuguesa

Págs. 2 a 4

De deputados a gestores

Miguel Monteiro e Carlos Monteiro transitam para máquina do Estado

Págs. 6 e 7

Covid-19

São Vicente à beira do estado de calamidade

Pág. 10 in ETC

Diz-me com quem andas...



Pág. 19



13 de Janeiro

Trinta anos em democracia e liberdade

in ETC

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- Receitas e Dicas
- Passatempo



Diplomacia

Cabo Verde apanhado em relações perigosas com a extrema-direita portuguesa



O país ficou de queixo caído, na noite de segunda-feira, ao tomar conhecimento, através de uma reportagem do canal SIC, Portugal, sobre as “catacumbas” do partido CHEGA, que Cabo Verde tem como cônsul-honorário em Palm Coast, Florida, o empresário português Caesar DePaço.

Este empresário é tido como um dos principais financiadores daquela formação da extrema-direita, conhecida pela sua hostilidade aos ciganos e aos imigrantes africanos.

Também a mulher DePaço, a italiana Deanna Padovani, é cônsul honorária do nosso país em New Jersey.

Esta é a primeira vez que Cabo Verde nomeia um casal, marido e esposa, para cargos

de cônsul do país, em simultâneo, e para Estados diferentes dos EUA, o que, segundo uma fonte diplomática, pode ser considerado um caso de “tráfico de influência e de corrupção”.

Facto também inédito é que, apesar de simples cônsul honorário, Caesar DePaço e a esposa foram recepcionados à sua chegada, há poucos dias, no aeroporto da Praia, com

guarda de honra prestada pelas Forças Armadas.

Companhia

A acompanhar o casal estiveram vários outros elementos do CHEGA, um deles o seu vice-presidente José Lourenço e o ex-líder da claqué do FC do Porto, os Superdragões, Fernando Madureira. Este “empresário” da noite do Porto

está ligado a vários casos de violência, envolvendo extorções, agressões e outras situações. Tanto assim que se encontra oficialmente afastado dos Superdragões.

Várias fotografias mostram o casal DePaço, na companhia de Lourenço, Madureira, entre outros figurantes, em encontros com Ulisses Correia e Silva, Luís Filipe Tavares, Fernando Elísio Freire e Carlos

O Estado de Cabo Verde tem como cônsul honorário na Florida, Estados Unidos da América (EUA), o cidadão português Caesar DePaço, financiador-mor do partido CHEGA! A rede de interesses desse e outros elementos ligados a essa formação da extrema-direita portuguesa passa, igualmente, por uma empresa de segurança privada que já presta serviços ao Estado cabo-verdiano. Luís Filipe Tavares foi obrigado a demitir-se, mas há outros envolvidos nessa teia.

Daniel Almeida e José Vicente Lopes

Veiga. Há até cenas de brindes com champanhe, como manda o figurino, curiosamente, “postadas” pelos próprios integrantes da comitiva.

Aliás, depois de essas relações perigosas se terem tornado públicas, Luís Filipe Tavares revelou à Infopress, na terça-feira, que o nome de Caesar DePaço para cônsul honorário de Cabo Verde na Florida, foi-lhe indicado pelo então embaixador do nosso país nos EUA, ou seja, Carlos Veiga.

E voltou a defender a escolha: “Ele foi cônsul de Portugal durante muitos anos e acho que esta polémica tem mais a ver com questões de política externa em Portugal”, disse.

Em comunicado, a despedir-se do MNEC, Tavares diz ter agido sempre em boa fé, na busca do melhor para Cabo Verde.

O safari do CHEGA a Cabo Verde

Enquanto Partido Político, o CHEGA aproveitou a tomada de posse de Caesar DePaço, na Praia, em Dezembro passado, para lançar uma ofensiva, sem precedentes, neste arquipélago. Para isso contou com a colaboração do Governo, através do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Luís Filipe Tavares.

O facto de este ser também ministro da Defesa, talvez ajude a explicar a guarda de honra militar, sendo de se questionar, contudo, a responsabilidade do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMFA), general Anildo Moraes, nessa que já é considerada uma “palhaçada”, envolvendo um dos símbolos nacionais de Cabo Verde, a sua instituição militar.

Pois, conforme as normas protocolares, quem tem direito a honras militares, em Cabo Verde, é o presidente da República, o primeiro-ministro, o ministro da Defesa, o CEMFA e os seus

homólogos quando visitarem o país.

Além de recepcionados com guarda de honra, no Aeroporto Nelson Mandela, o tempo todo os ilustres visitantes foram transportados em viaturas chapa amarela, do Protocolo do Estado. Claramente, o esforço das autoridades cabo-verdianas em impressionar DePaço e seus acompanhantes neste “safari” foi mais do que evidente.

Caesar DePaço, 55 anos que foi exonerado, recentemente, do cargo de cônsul honorário de Portugal na Florida, ao fim de quatro anos (Outubro de 2014-Maio 2020), encontrou guarida junto do Governo da cidade da Praia, que lhe investiu no mesmo cargo, também em Palm Coast, na Florida, uma zona onde praticamente não vive nenhum cabo-verdiano.

Esta terá sido uma das estratégias para este apoiante do CHEGA manter o estatuto de diplomata e as imunidades que a função lhe confere.

Como explicou ao A NAÇÃO um diplomata experiente, “normalmente os cônsules-honorários são pessoas influentes, política e economicamente, que aceitam representar os Estados nas zonas onde actuam. Por essa ‘representação’ não recebem honorários, mas obviamente que eles têm os seus interesses na ‘ascensão social’, isenção fiscal, imunidade diplomática, etc.” No fundo, como deixou a entender, “acaba por ser um grande negócio ser cônsul-honorário”.

Pelos dados revelados, esse é claramente o caso de Caesar DePaço, outrora César de Passos. Depois de se ter mudado de Portugal para os EUA, onde, do nada, conseguiu tornar-se milionário através de negócios ligados a matadouros, para, a partir de ossos de animais, produzir um determinado medicamento, ser cônsul é algo que lhe dá particular prazer e prestígio.

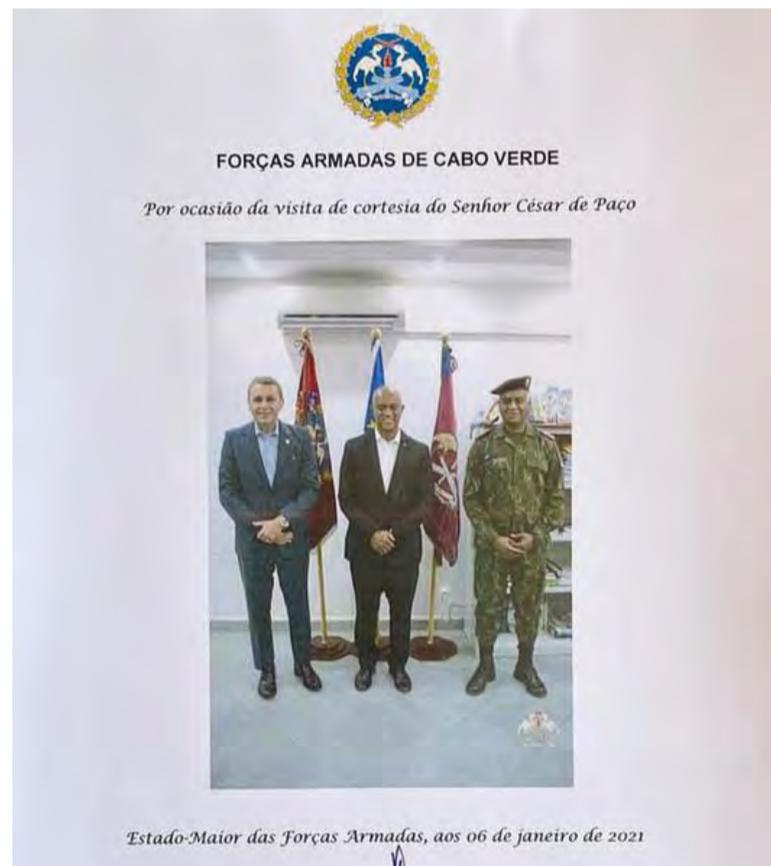
Presidente da Fundação DePaço, sediada nos EUA, este empresário é co-

nhecido pela sua filantropia, através de donativos à Polícia da Florida, mas também financiamento de equipas de futebol, boxe – dos vários negócios que possui, ao que consta, está também ligado à segurança privada.

Aliás, através de Fernando Madeira, antigo líder da claqué do FC do Porto, os Superdragões, há já em Cabo Verde uma empresa a prestar serviços na área de segurança privada. Madeira participou, recentemente, na ilha do Sal, numa formação de cerca de 200 elementos, alguns dos quais ex-fuzileiros das FA. Esses “formandos” devem integrar o nosso sistema de protecção a lugares, individualidades públicas, etc.

A posse de Caesar DePaço aconteceu no começo de Janeiro, na cidade da Praia, onde este controverso empresário português aproveitou para passar o fim-de-ano na companhia da família e de destacados dirigentes do CHEGA.

DA e JVL



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIII | Nº 698 | 14 de Janeiro de 2021 | Registo DGCS: Nº3/2007 | Registo ARC: Nº3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo (Maio) | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermino de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacao.cv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

O pior da extrema-direita em Portugal

Apesar de recente, a ligação do CHEGA às autoridades cabo-verdianas não é de hoje. No dia 16 de Março de 2020, o próprio líder desse partido, André Ventura, publicou um post na rede social Facebook dando conta do cancelamento de uma deslocação a este arquipélago.

“Tinha agendado para esta semana, juntamente com o vice-presidente Diogo Pacheco Amorim, estar em Cabo Verde, na cidade da Praia, para reunir com a comunidade portuguesa, apresentar cumprimento aos cabo-verdianos e ter reuniões bilaterais com o Presidente da República de Cabo Verde, vice-primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro do Comércio e Indústria, ministro do Estado, ministro do Turismo, ministro da Administração Interna”, frisou.

André Ventura disse ainda que tinha à sua espera o seu amigo Caesar DePaço e a esposa, Deanna Padovani-DePaço, assim como o vice-presidente da Comissão Política Distrital do Porto do CHEGA, José Lourenço.

“Iria assistir à nomeação de Deanna Padovani-DePa-

ço como cônsul honorária em New Jersey”, revelou com visível satisfação.

Apesar de a viagem do líder do CHEGA não se ter efectivado, o vice-presidente do partido, José Lourenço, que já estava em Cabo Verde, aproveitou a ocasião para se reunir com o ministro Luís Filipe Tavares.

Como o próprio Lourenço conta, também no facebook, no dia 18 de Março, “momentos antes de fecharem o espaço aéreo em Cabo Verde, reuni com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Dr. Luís Filipe Tavares, em representação da Dra. Deanna Padovani-DePaço, cônsul “Ad Honorem” de Cabo Verde em New Jersey e em representação do partido CHEGA, na pessoa do Dr. André Ventura. Acompanhado pelo amigo e advogado Dr. José Araújo, do ex-deputado de Cabo Verde Dr. Cristiano Monteiro e do ex-embaixador de Cabo Verde nos USA e candidato Presidencial, Dr. Carlos Veiga. Um ministro de quem gostei particularmente. Uma viagem atribulada, com muitas histórias para contar”.

Dizer que as autoridades ca-

bo-verdianas desconheciam as ligações políticas do seu cônsul-honorário em Palm Coast a André Ventura, ou a ideologia que professam, seria implausível.

Ligações explosivas

De todo o modo, as ligações de Caesar De Paço, André Ventura e outros elementos do CHEGA, com Cabo Verde, acabaram por vir à baila durante a reportagem que o canal SIC, de Portugal, emitiu na segunda-feira, 11, sobre as “catacumbas” desse partido político. De Paço, como mostrou a SIC, num acto do CHEGA em Lisboa, chegou a fazer a saudação nazi, do braço estendido.

Conhecido por ser contra os ciganos e os emigrantes, sobretudo os de origem africana, o CHEGA integra no seu interior vários elementos da extrema-direita portuguesa, alguns dos quais notórios neofascistas.

Um dos ideólogos desse partido é Diogo Pacheco Amorim, um antigo operacional do General António Spínola, integrante do MDLP, organização que tentou um golpe de Estado em Portugal, meses depois do 25 de Abril de 1974.



Alcindo Monteiro, cabo-verdiano vítima mortal da extrema-direita portuguesa

O MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) foi fundado, diga-se, por Alpoim Calvão, outro homem de Spínola, que comandou a invasão a Conakry, em 1970, para prender ou matar Amílcar Cabral, derrubar o então presidente Sékou Toure, pondo no seu lugar alguém da confiança de Lisboa e Paris.

Estes factos encontram-se narrados pelo próprio Calvão em mais de uma ocasião.

Afora isso, o CHEGA integra igualmente elementos do MAN (Movimento da Acção Nacional), outra conhecida organização neofascista, dirigida por Mário Machado, a mesma cujos elementos foram acusados e alguns condenados por terem assassinado à porrada (socos, pontapés e cacetadas), na madrugada de 11 de Junho de 1995, o jovem cabo-verdiano Alcindo Monteiro, na zona do Bairro Alto, em Lisboa. DA e JVL

Luís Filipe Tavares forçado a demitir-se

O ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e Ministro da Defesa, Luís Filipe Tavares, foi afastado do Governo, na sequência do escândalo envolvendo o cônsul de Cabo Verde na Flórida, EUA, que é tido como um dos principais financiadores do CHEGA, partido português de extrema-direita.

Oficialmente, o comunicado do governo diz que Luís Filipe Tavares apresentou um pedido de demissão que foi aceite pelo primeiro-ministro, mas A NAÇÃO sabe que este governante foi convidado, por Ulisses Correia e Silva, a apresentar um pedido de demissão.

Conforme uma fonte bem posicionada, o chefe do Governo não tinha outra alternativa face à pressão interna no seio do MpD e da pressão da sociedade civil, nas redes sociais a pedir a cabeça de Luís Filipe Tavares, quando faltam

três meses para o fim desta legislatura. Mesmo conhecidos apoiantes do MpD mostraram-se incrédulos e indignados.

Aliás, momentos antes do anúncio oficial do seu afastamento do Governo, Luís Filipe Tavares mostrava-se convicto de que estava de pedra e cal no cargo de ministro.

Este governante afirmou, à margem da cerimónia de apresentação dos cumprimentos de ano novo ao Presidente da República, não haver nada de anómalo com o empresário Caesar DePaço, apesar da polémica despoletada na imprensa portuguesa que o aponta como um “criminoso” e patrocinador do partido CHEGA.

Tavares sublinhou, na altura, que a nomeação de Caesar DePaço foi um processo “absolutamente normal”, tendo realçado que até ser provado o con-

trário, o mesmo continua a ser uma “pessoa de bem” para o executivo de Cabo Verde.

Entretanto, abordado pela imprensa, Jorge Carlos Fonseca disse ter falado, “há menos de meia hora” com Tavares, mas que este não lhe dissera nada sobre a demissão.

Portanto, confirma-se que foi em menos de uma hora, por volta do meio-dia, que Luís Filipe Tavares foi levado a demitir-se.

Contrariamente ao defendido por Luís Filipe Tavares, antes de ser demitido, o Primeiro Ministro, Ulisses Correia e Silva já assegurou, publicamente, que o Governo não vai manter Caesar DePaço, bem como a mulher, nas funções de cônsul honorário, respectivamente, na Flórida e em New Jersey.

DA e JVL



#eleicoes1991 #13dejaneirode2021 #democracia #liberdade #caboverde

ANIVERSÁRIO

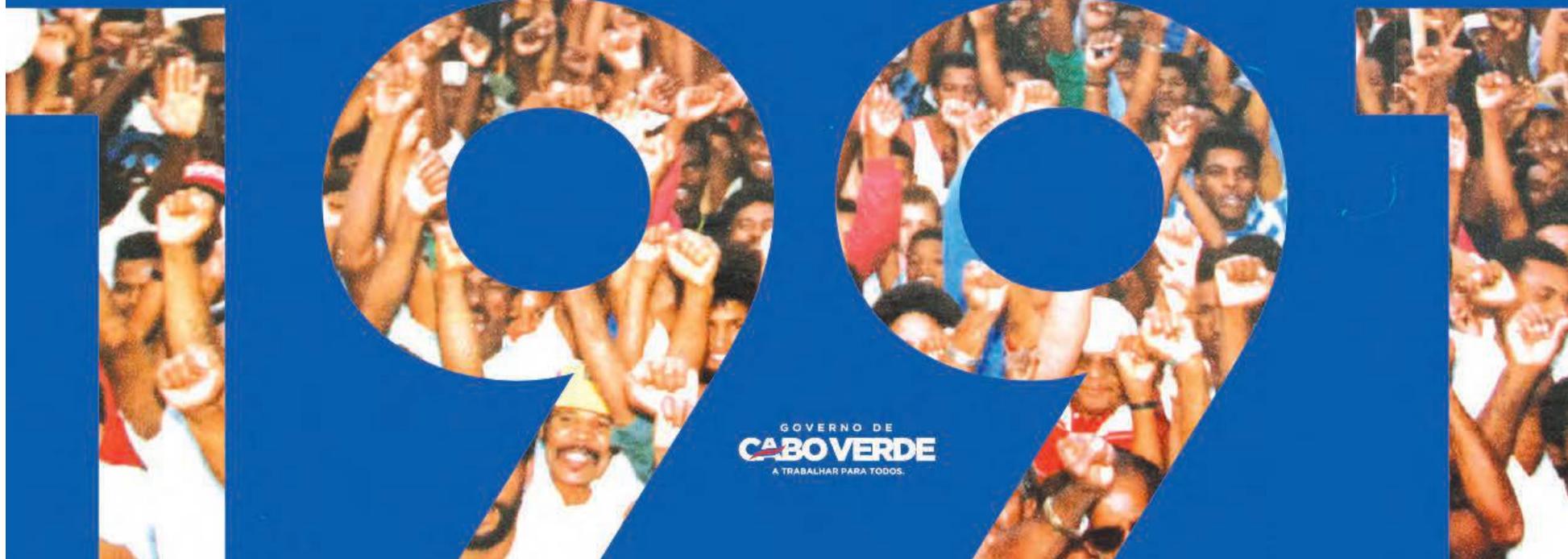
30

canta, irmão
canta, meu irmão
...

LIBERDADE E
DEMOCRACIA

13 DE JANEIRO

GOVERNO DE
CABOVERDE
A TRABALHAR PARA TODOS.



De deputados a gestores

Miguel Monteiro e Carlos Monteiro transitam para máquina do Estado



Miguel Monteiro



Carlos Monteiro

Atrês meses, aproximadamente, para o fim desta IX legislatura, o Governo de Ulisses Correia e Silva prepara-se para avançar com nomeações em catadupa. O objectivo parece ser colocar destacados dirigentes e militantes do MpD à frente de várias instituições do Estado, empresas públicas e institutos.

“Sem djobi pa ladu”, no fundo, o quadro é similar ao que aconteceu recentemente no Banco de Cabo Verde (BCV), onde todos os integrantes da nova administração do Banco Central são militantes e ou simpatizantes do partido no poder. Desta feita, é a vez de alguns destacados deputados do Grupo Parlamentar do MpD terem direito a altos cargos no aparelho do Estado.

O primeiro-secretário da Mesa da Assembleia Nacio-

O Governo prepara-se para nomear alguns deputados e ex-autarcas para altos cargos na máquina do Estado. Miguel Monteiro e Carlos Monteiro estão confirmados para Bolsa de Valores e para o Parque Tecnológico. Enquanto isso, alguns autarcas estão a disputar os cargos de PCA do INPS e Emprofac. Fala-se no “ex embaixador” e economista Francisco Tavares para o INPS, e no “filósofo” Clemente Garcia para Emprofac.

Daniel Almeida

nal e antigo secretário-geral do partido, Miguel Monteiro, será nomeado para presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores (BVCV), tendo em conta que o actual PCA da BVC, Manuel Lima, está com mandato caducado.

Também o deputado e vice-secretário-geral do MpD, Carlos Monteiro, quadro da Cabo Verde Telecom, está indigitado para o PCA do Parque Tecnológico.

As nomeações desses dois deputados – Carlos Monteiro e

Miguel Monteiro – para os referidos cargos deverão ser publicadas, nos próximos dias, no Boletim Oficial.

A estratégia de colocar esses deputados em lugares de chefia da máquina do Estado é interpretada por pessoas próximas do MpD como uma alternativa para determinados deputados da actual legislatura, que, por causa da Lei da Paridade, ficarão de fora das listas de Santiago Sul nas próximas eleições legislativas.

De recordar que Miguel

Monteiro é o 11º na lista do MpD para Santiago e foi o primeiro suplente a entrar para o Parlamento, substituindo Ulisses Correia e Silva, nomeado primeiro-ministro. Carlos Monteiro, que é o suplente número 12, acabou por entrar também para a bancada do MpD, ao beneficiar da chamada de vários deputados do MpD por Santiago Sul para cargos no Governo.

É bem provável que, neste pouco tempo que resta da IX Legislatura, o Governo venha

a nomear mais deputados para cargos nas instituições públicas e nas empresas públicas e participadas do Estado, como forma de evitar zangas na hora da feitura das listas para as próximas eleições legislativas.

Contudo, a estratégia de colocar destacados militantes do partido no poder na máquina pública, também é interpretada como uma forma de condicionar, eventualmente, o Governo que sair das próximas eleições legislativas. Se o MpD perder a parada, a máquina do Estado fica “minada”, com todos os problemas habituais que já se conhece. Exonerações que acabarão em chorudas indemnizações aos eventuais “saneados”.

A vez dos ex-autarcas

Mas não são apenas os deputados que terão lugar a cargos

Do discurso à prática do MpD no Governo

E tudo o tempo levou

Em Fevereiro de 2015, o MpD insurgiu-se contra a nomeação de José Maria Veiga para liderar o INPS, acusando o PAICV e a sua líder de se “servirem” das instituições públicas “para compensarem os que a apoiaram na conquista do partido”.

Num comunicado emitido, na altura, o MpD defendia que a confirmação da nomeação do ex-ministro da Agricultura e deputado para novo PCA do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) pelo Governo era “mais um acto irrefletido do executivo”.

Um acto que, de acordo com o MpD, estava “claramente na contramão daquilo que os cabo-verdianos querem: responsabilidade, transparência e valori-

zação do mérito na gestão dos assuntos públicos”.

O MpD reafirmou, na altura, a posição de defender uma clara separação entre o Estado e o partido na gestão das empresas e instituições públicas, o recrutamento por concurso e um regime de incompatibilidades na acumulação de cargos partidários executivos de primeiro plano e de liderança na Administração Pública ou nas empresas públicas.

O partido presidido por Ulisses Correia e Silva disse defender a ética, a idoneidade e a competência na gestão de empresas públicas e repudiar “todo e qualquer acto de partidização das mesmas como está a acontecer hoje em Cabo Verde”. DA

públicos, alguns antigos autarcas e candidatos derrotados nas últimas eleições municipais serão beneficiados com essa estratégia do MpD.

Depois de Óscar Santos, no BCV, fala-se, agora, de Francisco Tavares, antigo edil de Santa Catarina, como provável PCA do INPS. O nome de Celso Ribeiro, candidato derrotado à Câmara do Tarrafal, é também apontado como possível concorrente a esse cargo, tendo em conta que Orlanda Ferreira está a caminho da reforma.

Porém, segundo uma fonte próxima do MpD, esta será uma forma de compensar Francisco Tavares, que foi descartado do cargo de embaixador em Abuja, na Nigéria, depois de ter sido nomeado pelo Presidente da República.

O decreto presidencial de Julho de 2020, que nomeava Tavares para embaixador em Abuja, na Nigéria, ficou sem efeito. O Governo vai agora nomear um diplomata de carreira para essa missão diplomática, que também engloba a CE-

DEAO. O ministro Luís Filipe Tavares justificou que o Governo mudou de estratégia, passando a preferir um “diplomata de carreira e experiente”.

Contudo, conforme uma notícia avançada por Santiago Magazine, em Agosto do ano passado, Francisco Tavares está acusado de, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADS, ter tomado decisões ilegais que lesaram esta empresa pública em avultadas quantias, tendo sido, por isso, colocado sob Termo de Identidade e Residência. Mesmo assim, o ex-autarca de Santa Catarina foi nomeado embaixador, o que, para certos observadores, é “grave, escandaloso e absurdo”, porquanto “desautoriza o Ministério Público, humilha a classe dos diplomatas e envergonha Cabo Verde no concerto das Nações”.

Clemente Garcia na Emprofac

Clemente Garcia, antigo presidente da Câmara Muni-

cipal de São Domingos, derrotado nas últimas eleições autárquicas, é o nome mais falado para o PCA da Emprofac.

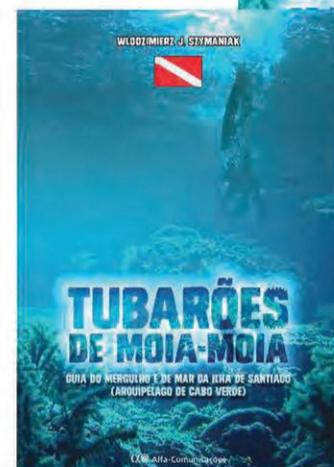
Contudo, conforme A NAÇÃO pôde apurar, essa opção não merece o apoio de uma franja significativa de dirigentes do MpD, que questiona o perfil de Clemente Garcia que é formado em Filosofia e sem qualquer experiência na área de gestão. Mas, nesse e noutros casos, a última palavra é do primeiro-ministro e líder do MpD, Ulisses Correia e Silva, que não gosta de deixar os seus amigos em maus lençóis.

O cargo de PCA da Emprofac está vago desde Agosto do ano passado, quando Gil Évora foi demitido pelo Governo, na sequência do seu envolvimento numa polémica sobre um alegado envio de emissários cabo-verdianos a Caracas (Venezuela) para encetar contactos com o presidente Nicolás Maduro após a detenção de Alex Saab.

PUB



Uma editora de Cabo Verde
para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

2021

Ano de eleições



PERSPECTIVA

Este ano, que agora se inicia, vai ser marcado, em termos políticos, por duas eleições. As legislativas poderão ser um novo baralhar do jogo, tendo em conta o resultado das últimas eleições autárquicas. Em relação às presidenciais tudo aponta para uma luta final entre José Maria Neves e Carlos Veiga.

Daniel Almeida

O Presidente da República acaba de marcar, a data das eleições legislativas para 18 de Abril e as presidenciais para 17 de Outubro, cumprindo assim os ditames da lei, nomeadamente no sentido de haver um espaço de seis meses entre as legislativas e presidenciais.

Antes das últimas eleições autárquicas, o MpD, que cedo começou a dar mostras de algum desgaste justificado pelos seus dirigentes e militantes por três anos de seca consecutivas e pela pandemia da covid-19, estava, no entanto, confiante na renovação do mandato nas legislativas deste ano.

Porém, as coisas mudaram de feição e, no seio do partido,

nota-se um certo frenesim motivado pelos resultados pouco satisfatórios nas eleições autárquicas, principalmente com a derrota na Praia. Com este cenário, não é tão líquido que o MpD venha a renovar o mandato, como era expectável. Por isso, nas hostes ventoinhas, reina, neste momento, o espírito de conclamação geral, no sentido de se voltar ao que al-

guns já chamam “voltar para trás”.

Mas para o PAICV, os resultados das últimas eleições municipais constituíram um catalisador. Destroçado em 2016, os resultados das autárquicas, principalmente na Praia e outros pontos de Santiago, deram a esse partido uma nova energia e motivação. Resta agora saber se os tambarinas terão

capacidade para sarar as feridas internas no sentido de poderem aproveitar uma certa onda de viragem que se vislumbra.

A UCID, que também se reafirmou como segunda força política em São Vicente, nas últimas eleições autárquicas, também pretende melhorar o seu score nas próximas eleições legislativas, no sentido de

poder conquistar pelo menos mais dois deputados para poder constituir um Grupo Parlamentar na Assembleia Nacional.

O Partido Popular (PP) e o Partido Social Democrata (PSD) devem, também, participar nas próximas eleições legislativas que deverão acontecer entre Março e Abril deste ano.

Presidenciais

Ao contrário daquilo que aconteceu em 2016, as próximas eleições presidenciais de 17 de Outubro deverão contar com pelo menos meia dúzia de candidatos. Contudo, até este momento, apenas Hélio San- ches já manifestou publica-

mente a sua intenção de entrar na corrida presidencial.

José Maria Neves

José Maria Neves também deixou entender, nas entrelinhas, de que também é candidato.

O antigo primeiro-ministro parece ser o candidato natural do PAICV, enquanto que no MpD há ainda algumas incógnitas.

Hélio Sanches

Hélio Sanches preferiu jogar na antecipação perante uma certa reticência de Carlos Veiga, que tarda em se pronunciar sobre o assunto. Enquanto isso, Jorge Santos fica à espreita para ver se haverá condições para avançar na corrida ao palácio do Platô.

Hélio Sanches, anunciou oficialmente, no início do mês de Dezembro de 2020, a sua candidatura às próximas eleições presidenciais. Este deputado do MpD respondeu positivamente ao apelo de um grupo de cidadãos que o querem ver na Presidência da República, que se designou Movimento de Apoio à Candidatura de Hélio Sanches a Presidente da República (MACHS).

Para os promotores da referida candidatura, é preciso ter na Presidência alguém que se preocupe com os “valores humanísticos” e lute para que estes sejam como “essenciais para a coesão e justiça social”.

Carlos Veiga

Por outro lado, Carlos Veiga que, em Fevereiro de 2020, tinha admitido a sua candidatura à Presidência da República, logo após ter cessado as suas funções de embaixador de Cabo Verde em Washington, foi mais comedido, nove meses mais tarde, quando foi instado pelos jornalistas sobre

a possibilidade de entrar nessa corrida.

Em Novembro passado, à margem das comemorações do 30º aniversário da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), Veiga nem confirmou, nem negou, a hipótese de se candidatar, admitindo que as coisas estão a andar. “Não sei dizer. As coisas estão a andar. É uma pergunta que não quero responder ainda”.

Na mesma ocasião, José Maria Neves foi mais claro ao afirmar que em Dezembro deveria comunicar ao país a possibilidade de se candidatar nas próximas eleições presidenciais. Contudo, esse anúncio ainda não foi feito.

“É muito provável que ainda esse ano faça uma declaração sobre uma eventual candidatura. Neste momento, como tenho dito, é mais sim essa possibilidade de me candidatar a Presidente da República. De todo modo, ainda temos eleições legislativas, vai haver muita turbulência. É preciso dar sossego aos partidos para prepararem as eleições”, admitiu.

O antigo primeiro ministro realçou, no entanto, que se decidir pela candidatura, fará um “mero” anúncio, deixando a apresentação das linhas gerais para depois das legislativas, para que se evite “contágio” e “sobreposição”.

Outros presenciáveis

Para além da participação de Joaquim Monteiro, que confirmou ao A NAÇÃO que é candidato, as próximas eleições presidenciais poderão contar com as candidaturas de Péricles Tavares, Daniel Medina e Marcos Rodrigues. Numa disputa cada vez mais marcada pelos meios financeiros e de apoio da máquina partidária, entre a vontade (ou a fantasia) de ser Presidente da República e a realidade vai uma apreciável distância. ☺

Cargos externos

Durante este ano, mais provavelmente, na próxima legislatura, poderão ser resolvidos os casos pendentes relacionados com a eleição dos membros dos cargos externos à Assembleia Nacional. São os casos dos juizes substitutos do Tribunal Constitucional,

dos membros dos Conselhos Superiores de Magistratura Judicial e do Ministério Público, bem como membros do Conselho Consultivo do Tribunal de Contas. Os membros da ARC devem também cessar funções no decurso deste ano. DA

Mobilidade na CPLP

A conversa do costume

A discussão do projeto de Acordo sobre a Mobilidade na CPLP será finalizada no primeiro trimestre deste ano para que o documento possa ser submetido à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que deverá ocorrer entre Junho e Julho, em Luanda.

Em Dezembro, último, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Estados-membros da CPLP afirmaram, em resolução, pretender apreciar o futuro acordo com a

máxima brevidade possível, “com vista à sua aprovação por ocasião da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se no mesmo ano, em Luanda”.

O sistema de mobilidade será flexível, variável, gradual e progressivo por forma a permitir aos Estados-Membros a escolha que se revelar mais conveniente para a sua realidade interna a cada momento, “sem desvinculação do esforço contínuo possível de aprofundamento da mobilidade”. DA

CEDEAO

Orlando Dias de novo à espreita

As eleições para a presidência da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) acontecem em Dezembro deste ano, mas já se notam movimentações no sentido de se escolher um substituído de Jean-Claude Kassi Brou, da Costa do Marfim, cujo mandato termina em Janeiro de 2022.

Para já, Cabo Verde, tem de garantir que esta será a sua vez, tendo em conta que, nas anteriores eleições foi ultrapassado em termos de lista alfabética pela Costa do Marfim. Para o efeito deve desencadear um trabalho diplomático com menos amadorismo daquilo que fez na anterior eleição, quando apresentou o seu candidato oficial no dia da cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Contudo, o Governo, através do ministro-adjunto do primeiro-ministro e da Integração Regional, Rui Figueiredo Soares, que participou na 57ª cimeira Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, que decorreu em Niamey, no Níger, admite a possibilidade de Cabo Verde candidatar-se à presidência das insti-

tuições dessa organização sub-regional, este ano.

Mas quem já está convencido de que esta será a vez de Cabo Verde presidir a Comissão da CEDEAO, é o deputado e ex-vice-presidente do Parlamento dessa organização sub-regional, Orlando Dias. Recorda a situação do Benim que tinha sido ultrapassado e que mais tarde viria a recuperar o seu lugar.

“Considero que tenho todas as condições para ser o próximo presidente da Comissão da CEDEAO e Cabo Verde tem todas as condições para assumir esse cargo”, enfatiza.

Orlando Dias considera, no entanto, que a questão do não pagamento das quotas e da não transferência das receitas das taxas aduaneiras “não prejudicarão” a candidatura de Cabo Verde. “Está a ser negociado e já existe um plano de pagamento”.

Sobre a sua candidatura, Orlando Dias garante que está disponível e que tem “apoios fortes” ao nível da CEDEAO. Deixa, no entanto, um aviso no sentido de se preparar o processo da melhor forma possível. DA

Justiça 2021

Julgamento de Amadeu Oliveira e vários outros casos marcam início de 2021



PERSPECTIVA

JUSTIÇA

Os desfechos dos processos crimes contra o advogado Amadeu Oliveira, acusado de 14 crimes de ofensa contra os juizes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ); o caso do colombiano Alex Saab, preso há mais de seis meses na ilha do Sal; o processo de tráfico de drogas “Operação Troia” e o caso de suposta burla de terrenos na cidade da Praia, são alguns dos dossiês judiciais cujos encerramentos são aguardados com alguma expectativa neste ano de 2021.

Silvino Monteiro

O julgamento de Amadeu Oliveira, acusado pelo Ministério Público de 14 crimes de ofensa contra os juizes do STJ, Benfeito Mosso Ramos e Fátima Coronel, os quais, à semelhança do juiz Ary Spencer dos Santos, apelida de “gatunos, falsificadores e aldrabãozecos”, deveria ser retomado, na passada quarta-feira, 6 de Janeiro, conforme tinha agendado o Tribunal da Comarca da Praia.

Mas tal não aconteceu porque, em mais um desafio ao sistema judicial, Oliveira decidiu não comparecer nas sessões de audiências de julgamento marcadas para os dias 6, 7 e 8, deste mês de Janeiro. Aliás, o referido advogado já tinha dito, em finais de 2020, que “já não irá mais comparecer de livre vontade aos tribunais para ser julgado nos casos em que é acusado”.

Oliveira tornou público essa decisão, no início do mês de Dezembro de 2020, após STJ ter,

alegadamente, “deixado prescrever” o processo-crime contra si no qual acusava o juiz Ary Spencer dos Santos de ser “gatuno, falsificador e aldrabãozeco”.

Face ao posicionando de Amadeu Oliveira resta esperar para saber qual a decisão que o tribunal vai tomar e o que vai acontecer nos próximos capítulos deste julgamento.

Operação troia

O desfecho do processo de tráfico de droga, que ficou conhecido por “Operação Troia”, é um dos casos judiciais quentes que vai, seguramente, marcar 2021. Os arguidos que estavam em prisão preventiva há mais de 18 meses, na cadeia de São Martinho na cidade da Praia, foram postos em liberdade sob o Termo de Identidade e Residência (TIR) por ordem do Supremo Tribunal da Justiça (STJ).

O caso foi julgado em finais

de Novembro de 2020, a leitura da sentença devia acontecer o mais tardar no dia 3 de Janeiro deste ano, mas o tribunal colectivo presidido pelo Juiz Antero Tavares leu a sentença no dia 6 de Janeiro. O tribunal deixou assim prescrever o prazo de prisão preventiva, ou seja 18 meses completados no dia 4 de Janeiro, isto é, dois dias antes da leitura de sentença. O que motivou o pedido de habeas corpus.

No processo estão arrolados 35 arguidos, sendo 33 indivíduos e duas empresas, acusados de crimes de tráfico de drogas, lavagem de capital e associação criminosa.

Os arguidos foram condenados a penas que chegaram até aos 18 anos de reclusão, além do confisco de todos os bens apreendidos no processo. Porém Gilson Cardoso, um dos advogados da defesa avança que vão recorrer do acórdão do 1º Juízo Crime.

Importa referir que o caso



Drogas apreendidas na Operação Tróia



Arnaldo Silva

foi desencadeado em Julho de 2019, no bairro de Eugénio Lima, quando foram apreendidos 11.878 kg de cocaína e seus derivados, e cerca de 16 mil contos em dinheiro e várias armas de fogo.

Caso dos terrenos da Praia

O caso de suposta “usurpação e comercialização ilegal e criminosa de terrenos”, na cidade da Praia, certamente, vai conhecer novos desenvolvimentos neste ano.

A NAÇÃO conseguiu apurar que a defesa de Arnaldo Silva, ex-bastonário da Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV), pediu a realização da Audiência Contraditória Preliminar (ACP).

Segunda a nossa fonte, os arguidos e testemunhas que estão fora do país já foram notificados, por isso acredita-se que a sessão pode ser marcada para o primeiro trimestre deste ano.

No processo estão arrolados 14 indivíduos e uma empresa, dentre os quais, Arnaldo Silva, o então vereador da Câmara Municipal da Praia (CMP), Rafael Fernandes, o presidente da Tecnicil, Alfredo Carvalho.

Em Março de 2020 foram acusados pelo Ministério Público, por práticas de crimes relacionados com a usurpação e comercialização ilegal e criminosa de terrenos, na cidade da Praia, que eram pertencentes, na sua grande maioria, ao Estado cabo-ver-

diano, à Câmara Municipal da Praia e a privados.

Imbróglío Alex Saab

O desfecho do processo que envolve o colombiano Alex Saab, suposto testa-de-ferro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que encontra-se preso há mais de seis meses na ilha do Sal, é um dos casos que muito provavelmente vai deixar marcas na justiça em Cabo Verde em 2021.

Recorda-se que Alex Saab foi detido a 12 de Junho, no aeroporto Amílcar Cabral, no Sal, quando o seu avião fazia uma paragem para reabastecimento. Aquele empresário colombiano foi preso a mando da Interpol, por suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro na Colômbia e nos Estados Unidos da América (EUA).

Desde a detenção de Saab tem-se travado uma enorme batalha política e judicial, com Cabo Verde metido no meio da controvérsia, entre a Venezuela e os EUA.

A situação agravou-se com o recurso apresentado pelos advogados desse cidadão junto do Tribunal da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que ordenou que o colombiano seja colocado em prisão domiciliar, mas essa ordem não foi acatada pelas autoridades cabo-verdianas por Cabo Verde não ter subscrito todos os instrumentos daquela corte judicial da sua comunidade.

No passado dia 4 de Janeiro,

o Tribunal da Relação de Barlavento decidiu pela extradição de Alex Saab para os EUA. Mas a defesa avançou no dia seguinte que vai entrar novamente com o recurso junto do STJ para impedir que tal aconteça. O certo é que, apesar de todas as peripécias que o caso já conheceu, Saab continua preso, à espera para ser extraditado para EUA ou posto em liberdade.

Homicídio na Boa Vista

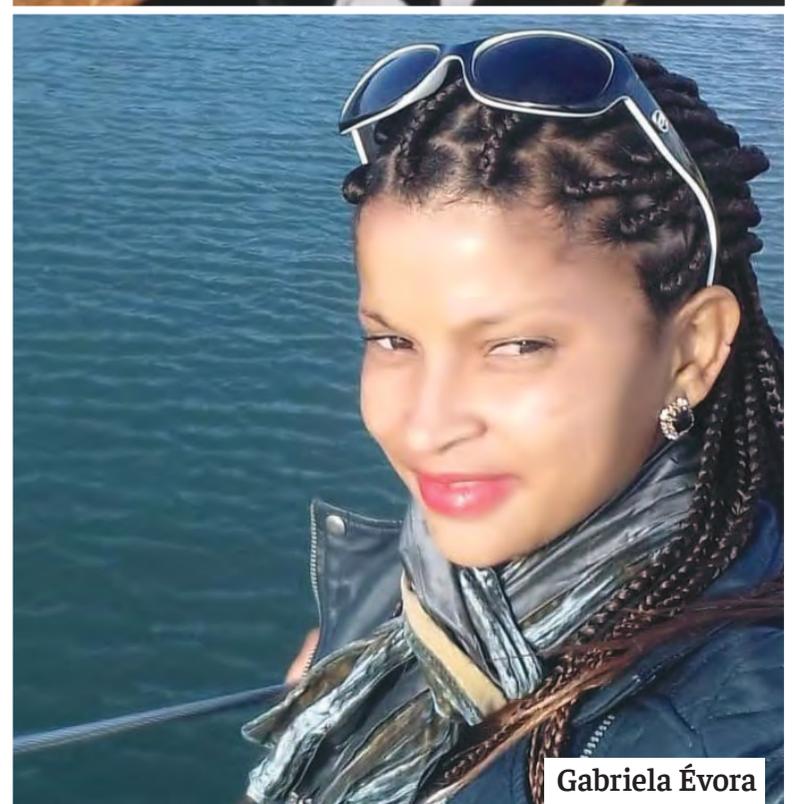
No decorrer deste ano 2021 provavelmente o caso de homicídio da jovem santantonense Gabriela Évora, ocorrido a 14 de Outubro 2020, na ilha da Boa Vista, vai ser julgado. O arguido Jorge Adalberto, suspeito de matar e queimar o corpo da ex-namorada de 31 anos, vai ser julgado por esse crime hediondo.

Jorge Adalberto encontra-se a aguardar o julgamento em prisão preventiva desde 22 de Outubro do ano passado. Na altura da detenção confessou à PJ que ele e a vítima se envolveram numa briga, dentro da sua casa, e que Gabriela terá batido com a cabeça numa mesa, caiu no chão, acabando por falecer no local. O suspeito confessou que, “no acto de desespero”, acabou por ocultar as provas, queimando o corpo de Gabriela num bidão, perto da Ribeira do Rabil, e que enterrou os restos mortais.

O arguido vai ser julgado por crime de homicídio agravado e ocultação de cadáver.



Alex Saab



Gabriela Évora

Vacinação, a esperança de 2021



Há no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 210 vacinas em produção. Em estado avançado estão as da Pfizer/BioNtech, Moderna, Astrazeneca, CoronaVac e Sputnik V. São as vacinas desenvolvidas mais rápidas na história, numa tentativa de voltar o quanto antes à normalidade depois do grande ar-raso causado pela pandemia da covid-19.

O período de pesquisa para o desenvolvimento de uma vacina leva, por norma, 10 a 15 anos, sendo que para muitos vírus nunca se encontrou uma vacina apropriada. Neste caso, para combater a covid-19, a vacina americana-alemã Pfizer/BioNtech tem sido a mais usada nos países que iniciaram a imunização.

Concluída a fase três de testes em mais de 43 mil voluntários, ela revelou-se 95% eficaz contra a Covid-19. Contudo, o maior desafio desta vacina prende-se com o seu transporte que exige uma temperatura de -70C, para evitar a degradação da molécula RNA.

Por outro lado, a vacina da americana Astrazeneca/Oxford, apesar de ser 70,4% eficaz na última fase de testes, revela-se mais barata e pode ser conservada em condições normais, o que facilita o transporte. O responsável da Astrazeneca, Pascoal Sariat, revelou que a vacina será distribuída “sem qualquer lucro”, permitindo que países pobres como Cabo Verde possam adquiri-la.

Outras vacinas, como a

da empresa de biotecnologia americana Moderna possui uma eficácia de 94,5% e uma imunidade duradoura, segundo a revista científica *The New England Journal of Medicine*.

A chinesa CoronaVac, da empresa Sinaval, demonstrou até o momento ser 97% eficaz, segundo a mesma publicação; contudo, as fases de testes continuam em andamento. Já na Rússia, a Sputnik V, reivindicada como a primeira vacina desenvolvida, revela uma eficácia de 92%, em testes a 40 mil voluntários.

O Reino Unido foi o primeiro país a iniciar a vacinação, seguido de mais de 43 países como os EUA e os da União

Europeia. As vacinas da Pfizer são as mais aplicadas, seguido da Moderna, Sputnik V e CoronaVac.

Em Cabo Verde sabe-se que o Plano de Vacinação já foi aprovado e que será gratuita, universal e facultativa. Entretanto, a comissão criada para introduzir a vacina no país não precisou qual vacina o país poderá adquirir para imunizar os grupos vulneráveis, já a partir de Março de 2021, se os acordos funcionarem.

Vacinação, volta à normalidade?

Vacinação, entretanto, não é sinónimo de normalidade,

como alerta a OMS. À volta ao ritmo normal, segunda essa organização, determina-se pela imunidade comunitária.

Aquela agência das Nações Unidas avança que a vacinação não irá resolver a pandemia, caso 40 a 50% da população mundial não for imunizada. É preciso também, segundo esta entidade, aliar a vacinação com as medidas de prevenção nomeadamente distanciamento social até que boa parte das pessoas estejam vacinadas.

Nova variante ameaça vacinas

Contudo, a mutação da Sars-Cov-2 em muitos países

PERSPECTIVA

Só uma vacina eficaz pode devolver ao mundo alguma normalidade em 2021. Com a covid-19 ainda em alta em muitos países, nomeadamente da Europa, a vacinação é apontada como a esperança deste ano que ora começa.

Ricénio Lima

têm colocado em alerta as vacinas produzidas. A nova variante mais transmissível, detectada no Reino Unido e em outros países, deixam empresas produtoras de vacinas inquietas sobre a eficácia das actuais vacinas no combate à nova estirpe.

A OMS diz não ter evidências de que a mutação cause uma infecção mais grave ou afete a eficácia dos testes de diagnóstico ou das vacinas disponíveis, mas que é preciso manter uma vigilância apertada.

Apesar das incertezas com o futuro, a esperança continua depositada de que a vacinação proporcionará “alguma” retoma à normalidade. Contudo, apesar do ano novo e das esperanças que traz, os cuidados devem ser redobrados, segundo a OMS, porque a pandemia ainda não terminou.

Família e Inclusão social aguardam reforço em 2021

Fernando Elísio Freire falou ainda da subsidiação do pré-escolar, da isenção das propinas desde o ensino básico ao ensino secundário e no ensino superior para as pessoas com deficiência, e da implementação do sistema de cuidados, que culminou com a criação da profissão do cuidador.

“Hoje os cabo-verdianos que têm deficiência e dependem de outrem para fazer qualquer tipo de actividade têm um sistema de cuidados, criado pelo Governo, para dar-lhes assistência. A implementação do sistema de cuidados está a mostrar uma grande acção de reforma que está a permitir de facto a igualdade de oportunidade entre os cabo-verdianos”, salientou.

O Governo espera duplicar o valor dos subsídios aos emigrantes cabo-verdianos em Angola, São Tomé, Guiné Bissau e Moçambique, falou da questão do género e sua transversalização ao sistema de educação, do reforço da protecção das crianças, e promoção de outras políticas de inclusão.

Para este ano de 2021, prevê o reforço das acções, tendo em conta a questão da pandemia, que ainda está a afectar a sociedade, bem como uma reavaliação do cadastro social único, que deve ser estendido a mais beneficiários.

Acesso à água e electricidade

O Estado passa a assumir as dívidas e o pagamento da taxa de religação de água e electricidade das famílias ins-



Fernando Elísio Freire



Amadeu Cruz

PERSPECTIVA

Para lá das consequências sociais da covid-19 no país, em 2021, o Governo promete intervenções e reformas estruturantes no que toca à pasta da Família e Inclusão social, agora a cargo de Fernando Elísio Freire. Aquando da sua tomada de posse, o ministro perspectivou reforçar as políticas sociais e trabalhar para garantir autonomia às famílias cabo-verdianas.

Natalina Andrade

critas no Cadastro Social Único (CSU).

A decisão faz parte de um conjunto de medidas que visam melhorar o acesso das pessoas mais vulneráveis à água e à electricidade e reforçar as suas condições sócio-económicas. Isto inclui a assunção pelo Estado das dívidas atrasadas do custo de religação de água dos agregados familiares inscritos no CSU, grupos I e II, com cortes de serviços derivados a essas mesmas dívidas.

O Governo vai ainda assu-

mir os custos de ligação à rede pública de abastecimentos aos agregados familiares actualmente fora do sistema formal, ou seja, todos os aqueles que não têm água ligada à sua residência.

No que toca à saúde, o Governo reafirma que vários serviços de saúde também podem ser objecto de isenção, principalmente os que envolvem o acesso aos serviços de atendimento na luta contra as drogas, na luta contra o álcool e essencialmente o acesso aos serviços de atendimento familiar.

Políticas sociais para o ensino

Do rol de políticas que este Governo pretende ainda implementar, está o reforço das políticas sociais na pasta da educação, segundo garantiu, no início deste ano, o ministro da tutela, Amadeu Cruz. Isto inclui, portanto, a continuidade das refeições quentes nas escolas, isenção da taxa de propinas, “kits” e transporte escolar.

Amadeu Cruz destaca políticas para a construção de

uma Nação cada vez mais coesa, não obstante a situação de dificuldade evidenciada pela pandemia da covid-19. A estas políticas sociais juntam-se os trabalhos de remodelação das escolas e instalações sanitárias, cruciais para a criação das condições de dignidade nos estabelecimentos de ensino.

“Queremos transmitir essa confiança aos alunos e professores. Esta é a nossa perspectiva, a nossa lógica de enquadramento desta visita, de partilha e de proximidade para transmitir confiança e esperança de que a situação que vivemos hoje vai estar melhor daqui a algum tempo”, confiou o governante, no âmbito de uma visita ao concelho de Ribeira Grande de Santiago.

Cabo Verde aposta no turismo para relançar a economia em 2021



PERSPECTIVA

Cabo Verde inicia 2021 com 167 turistas polacos em território nacional. Chegados em finais de Dezembro, esse grupo trouxe consigo as lembranças do tempo em que o turismo era o motor da economia do país. Sectores relacionados – hotelaria, restauração e guias de turismo –, que estiveram fortemente impactados com os efeitos da pandemia, vêem uma luz no fim do túnel, mesmo que ténue.

Encerrados ou com os serviços condicionados durante a pandemia, os operadores perspectivam um 2021 com menos dificuldades. É claro que se trata de uma expectativa, como deixa a entender o secretário geral da Câmara do Turismo, Humberto Lélis.

“Certamente que nos primeiros seis meses não vamos ter um crescimento acentuado, mas penso que 2021 será

Após um ano amargo para a economia cabo-verdiana, 2021 é apontado, com esperança, como o início da retomada, caso a covid-19 der tréguas e continuar a abrandar no país e no mundo. A retoma do turismo é a aposta do país para contornar os índices negativos de 2020.

Ricénio Lima

o ano da retoma económica. Será uma retoma paulatina, mas, certamente, que será um período de viragem em relação à crise que vivemos”, acredita.

Para este responsável, o país está preparado em termos sanitários para receber turistas, tanto assim que voltou a constar da lista de países mais seguros do mundo com nível insignificante de riscos aos viajantes, segundo a empresa de serviços médicos e de segurança internacional, SOS.

Há nas principais ilhas turísticas – Sal e Boa Vista – la-

boratórios de virologia instalados e segundo o ministro do Turismo e Transportes, Carlos Santos, todas as condições estão reunidas para receber turistas. A previsão é de que o país recupere a demanda doméstica em 15% e a internacional em 39%, após perder 550 mil turistas em 2020.

À procura da economia perdida

Entretanto, o Governo continua à procura da economia perdida em 2020. Para este

novo ano perspectiva-se um crescimento económico de 4,5%, caso a pandemia continuar a abrandar.

O Orçamento de Estado para 2021, orçado em 77.896 milhões de escudos (quase 78 milhões de contos), é apontado pelo executivo como um “orçamento de combate” à covid-19, no sentido de proteger empregos, rendimentos, as empresas e preparar a recuperação da economia cabo-verdiana.

Segundo Olavo Correia, vice primeiro-ministro e ministro das Finanças, o Governo vai

continuar a apostar nas empresas no sentido de reforçar a liquidez através de liquidação de faturas imediatas com a entrada em vigor do sistema “pay log”, devolução do IVA, continuação das moratórias e negociação de pagamento de impostos e taxas.

O Governo prevê, também, neste novo ano, arrecadar 16.028 milhões de escudos com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e 10.993 milhões de escudos com o Imposto sobre o Rendimento, duas principais receitas do Estado.

A inflação pode chegar a 1,2%, défice orçamental de 8,8% e uma dívida pública de 145,9% do PIB.

2021 será um ano desafiante para todos os operadores económicos, que após os “traumas” de 2020, tentam reerguer e dar a volta por cima. 

Carnaval incerto... que 2020 não se repita...



PERSPECTIVA

O que se quer é que 2021 seja diferente e muito melhor do que 2020, de preferência sem covid-19 e com muita actividade cultural. Entretanto, entre certezas e incertezas, eis algumas “perspectivas” possíveis para o ano que ora começa.

Carnaval 2021 “incerto”

Tudo indica que este ano, o carnaval não será “em grande” como nos anos anteriores. Normalmente, por esta altura, os sons das batucadas ecoavam e preenchiam as noites de ensaios dos diversos grupos em cada ilha e concelho que brinca o carnaval, quer para disputa ou diversão. Neste ano atípico, os tambores então silenciados e “samba no pé” ainda não aconteceu.

As autoridades ainda não se pronunciaram sobre o assunto, mas, tendo em conta, que a festa do Rei Momo é já no dia 16 de Fevereiro, resta saber se será também adaptado para o modo “online” ou se, simplesmente,

as ruas e avenidas voltarão a ser ocupadas por milhares de pessoas para brincar o Entrudo.

CVMA 2021 em “nova formato”

No dia 17 de Dezembro de 2020, os organizadores da gala Cabo Verde Music Awards (CVMA), que premeia “os melhores da música” cabo-verdiana, anunciaram que a edição de 2021 terá um novo formato e uma nova direcção. “Uma década a premiar a nossa música” será o lema da X edição da gala que deveria acontecer em 2020 mas que, devido à pandemia, foi adiada para este ano acabado de começar.

Para ler em 2021...

Apesar de muitos entraves, 2020 deixou obras de interesse e que podem proporcionar boa dose de literatura em 2021. A selecção feita pelo responsável da Rosa de Porcelana Editora, Filinto Elísio,

e o professor e reitor da Universidade Jean Piaget, Włodzimierz Szymaniak, através da Inforpress, abrange livros que apresentam reflexões sobre a vida, o presente, passado e futuro no tempo histórico, assim como o comportamento humano.

Uma das obras seleccionadas foi “Cesária Évora”, de Elzbieta Sieradzińska. Esta obra é, segundo Filinto Elísio, “uma das importantes biografias sobre a diva maior da música cabo-verdiana” e a sua leitura “permitirá conhecer Cesária Évora para além das luzes da ribalta, nos bastidores, no dia a dia e na intimidade, uma preciosa contribuição da crítica genética sobre esta grande artista”.

A obra de Elzbieta Sieradzińska foi traduzida do polaco (original) para o português por Włodzimierz Szymaniak, coadjuvado por Manuel Brito-Semedo, através de uma bolsa de tradução atribuída à Rosa de Porcelana pela Direcção do

Livro da Polónia.

Elzbieta Sieradzińska é romaniasta, tradutora do francês, bibliotecária, cantora, compositora e letrista que num determinado ponto da sua vida, conheceu Cesária Évora e a música de Cabo Verde e começou a fazer a tradução das canções desta para as edições polacas da Sony-BMG dos álbuns “Voz d’Amor” (2003) e “Rogamar” (2006).

“Cesária Évora” foi a 54ª publicação do catálogo da Rosa de Porcelana que em 2020 publicou 10 títulos de autores cabo-verdianos, brasileiros, moçambicanos, portugueses e polacos.

Com esta edição a editora pretende fazer de 2021 um ano de homenagem a Cesária Évora, pois, é nesse ano que se assinalam os 80 anos do seu nascimento e 10 anos do seu falecimento, com lançamentos e momentos de lembrança, a começar no dia 17 de Janeiro, dia de Santo Antão e de Ribeira Grande, e no dia 22, no

Mindelo (sua terra natal), por ocasião do dia de São Vicente.

Um outro livro para uma boa leitura em 2021, apontado por Filinto Elísio Freire, é “Um Mar de Conflitos – Marcellino Rezende Costa vs Manuel António Martins”, de Daniel Pereira, conhecido historiador, autor de dez livros sobre a história de Cabo Verde.

O livro apresenta uma ampla documentação que fora coligida por Marcelino Rezende Costa, Escrivão Deputado da Junta da Fazenda da Província de Cabo Verde de então, tendo como escopo servir de apoio probatório em sua defesa e, através dela, partir para uma série de acusações contra Manuel António Martins, figura incontornável da história do arquipélago cabo-verdiano, na primeira metade do século XIX. Portanto, um livro que promete.

Na música...

De olhos postos em um 2021 diferente, próspero e de superação, o nosso Gil Semedo completará os seus 30 anos de carreira. O artista promete celebrar com muitas surpresas e anuncia que vai entrar em um novo capítulo. Isto tudo se a pandemia deixar, é claro.

Djodje também já anunciou que no dia 11 de Dezembro de 2021 vai ter “festa bedju” na Praia de Santa Maria, na ilha do Sal. E com certeza, o artista que em 2020 conseguiu lançar apenas dois singles projecta um 2021 mais produtivo e com muito mais lançamentos.

Cremilda Medina, que no final de 2020 lançou alguns trabalhos, entrou em 2021 com a promessa de um novo álbum. O trabalho já tem até o nome mas ainda não foi revelado. O que se pode dizer é que este segundo álbum vai, com certeza, seguir os ritmos do anterior lançamento, “Folclore”, lançado em 2017.



DESPORTO

Participação no Mundial de Andebol e retoma do futebol são as principais novidades de 2021

A pesar da pandememia da covid-19, 2021 não poderia ter um melhor início para o desporto nacional, uma vez que, nesta quinta-feira, 15 de Janeiro, Cabo Verde faz história ao disputar pela primeira vez um Campeonato Mundial de Andebol. A prova arranca esta quarta-feira, 13, no Egipto, com os anfitriões a defrontarem o Chile.

Cabo Verde entra em campo dois dias depois numa partida frente à Hungria, a contar para a primeira jornada do grupo A da prova. Na outra partida do grupo, a Alemanha e o Uruguai medem forças. Após defrontar a Hungria, Cabo Verde vai medir forças com a Alemanha e o Uruguai.

A meta, conforme deixam transparecer os atletas Fernando Dias, Raffa Andrade e Leandro Semedo, é chegar à segunda fase da prova. Esse objectivo passa indiscutivelmente por uma vitória sobre o Uruguai. Contra os outros adversários, esses pensam surpreender.

Ultrapassados os problemas com a atribuição de visto para a fase de preparação para o Mundial a alguns atletas do elenco da selecção, o foco agora é totalmente na competição e, para tal, dizem-se preparados física e mentalmente.

Retoma do futebol

O futebol foi suspenso em Cabo Verde no dia 19 de Março do ano passado como consequência directa da Covid-19. Passado quase um ano o processo para a sua retoma já conheceu vários avanços e recuos.

Entretanto, de acordo com uma proposta saída da última Assembleia-geral ordinária da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), as competições regionais para esta modalidade poderão ser retomadas já no próximo mês de Fevereiro.

Até lá, a FCF deverá reunir-se com o Instituto do Desporto e



PERSPECTIVA

A participação de Cabo Verde no Mundial de Andebol no Egipto, bem como a retoma do futebol são as duas principais novidades do panorama desportivo nacional em 2021. Ainda no futebol, destaque para a reinauguração do Estádio Municipal Adérito Sena, após uma remodelação que o poderá deixar apto para receber compromissos oficiais da selecção. 2021 traz ainda a última fase da qualificação para o Afrobasket e os Jogos Olímpicos Tóquio 2020.

Jason Fortes

da Juventude (IDJ) e com as autoridades de saúde para solicitar a flexibilização das medidas sanitárias em algumas regiões do país. A organização deverá arcar com alguns dos custos associados à realização das provas regionais.

A proposta para a retoma das competições exige a realização das provas sem público, pelo que não haverá receitas e as associações podem sentir algumas dificuldades. Neste sentido, Mário Semedo garantiu que a FCF vai assumir o pagamento das despesas decorrentes da organização dos jogos.

Os campeonatos regionais deverão regressar em fevereiro, e

as associações que optarem por participar terão três meses para apurar os seus respetivos campeonatos, sob pena de não participarem na prova nacional, agendado para maio de 2021, na ilha do Sal.

Reinauguração do Adérito Sena

No domínio do futebol, um dos destaques vai para a reinauguração do Estádio Municipal Adérito Sena, em São Vicente, após uma remodelação que o poderá deixar apto para receber compromissos oficiais da selecção.

As obras de requalificação do

recinto desportivo, arrancaram em Junho do ano passado. Orçada em 94 mil contos, a intervenção inicialmente tinha a duração de cinco meses. Contudo, devido a alguns atrasos no andamento da obras, o prazo foi alargado.

Prevê-se que já no início de Fevereiro a obra esteja concluída. Com isso, a FIFA e a CAF poderão fazer a inspeção e certificar o campo para jogos internacionais em tempo útil. Uma vez certificada, poderá vir a receber jogos da selecção, um cenário que é possível já em Março, quando Cabo Verde defrontar os Camarões, em jogo a contar para a quinta jornada do grupo F de

qualificação para a CAN 2022.

Afrobasket 2021

A segunda e última fase da qualificação para o Afrobasket 2021 decorre já em Fevereiro, em país ainda por designar. Depois das adversidades da primeira fase da qualificação, Cabo Verde ficou no terceiro lugar do grupo, com duas derrotas e uma vitória. Entretanto, mantém-se na zona de qualificação para o Afrobasket, e está, igualmente, entre as três selecções que mais marcaram nesta primeira fase da competição.

Tóquio 2020

Os Jogos Olímpicos Tóquio 2020 foram mais uma competição que, devido à pandemia, tiveram que ser adiadas para o verão de 2021. A decisão foi tomada em concertação com os diferentes comités olímpicos membros, juntamente com o governo japonês e seguindo as directrizes da Organização Mundial de Saúde. Ainda assim, a designação oficial manteve-se como Tóquio 2020.

O adiamento da competição foi visto com bons olhos, quer pela presidente do Comité Olímpico Cabo-verdiano (COC), Filomena Fortes, quer por atletas.

Troy Pina e Jayla Pina são dois dos representantes de Cabo Verde nos Jogos Olímpicos, depois de terem sido contemplados com bolsa de Solidariedade Olímpica. Os irmãos têm dado cartas na natação e no próximo verão farão a estreia de Cabo Verde na modalidade em Tóquio.

Prevê-se que Cabo Verde tenha, pelo menos, mais dois atletas na prova. Antes da pandemia as federações e os atletas estavam afincadamente a trabalhar para garantir mais qualificados para os jogos e ultrapassar assim a fasquia de participação do Rio 2016.



Feliz Natal

PRÓSPERO ANO NOVO

Que a mensagem de fé e esperança do Natal renove nossas forças para continuar lutando no Ano Novo que se anuncia.



MARCAS REPRESENTADAS PELA TEI EM CABO VERDE



Centrais PABX



UPS



Centrais PABX



Fabricantes representadas na área de Educação.

OPINIÃO



António Carlos Gomes

Legislativas 2021

Levarei em devida conta a Plataforma Eleitoral que: 9) Altere, para melhor, a estrutura do mercado do trabalho.

Todos os anos, normalmente no mês de abril, o Instituto Nacional de Estatísticas publica informações relevantes, para o planeamento, sobre o mercado do trabalho.

Infelizmente, os atores políticos e a Imprensa concentram-se nos dados sobre o desemprego deixando de fora a análise do mercado do trabalho no seu conjunto.

Fica, por esta razão, fora do debate e da reflexão a apreciação da estrutura do mercado do trabalho e o seu contributo na cimentação da desigualdade, da exclusão e da pobreza que estes dois males provocam.

Fica também fora da reflexão o facto de 42,6% (172.356 cidadãos) do potencial humano, em idade de trabalhar, não estar disponível para o mercado do trabalho ou, ainda, que 53,7% dos empregos em Cabo Verde são empregos informais, isto é “que não beneficiam de proteção social (inscrição no INPS ou beneficiam de férias anuais pagas e dias de repouso por motivos de doença pagos)” (Relatório do INE 2020).

Dito de outra forma, o trabalho não é garantia de estabilidade e de segurança para as famílias. Este facto está diretamente ligado à situação da pobreza e da precariedade que assolam muitas das famílias cabo-verdianas.

A desagregação da informalidade, ao nível dos concelhos, põe a nu a desigualdade entre os mu-

nicipios e evidencia, claramente, a inadequação, ontem como hoje, das políticas públicas.

Informalidade no mercado de trabalho

Com efeito, nos dezoito (18) municípios da periferia reina a informalidade no mercado do trabalho. Assim, em dez (10) dos dezoito municípios da periferia, dois terços (2/3) ou mais dos empregos existentes estão no setor informal. Em cinco (5) destes dez municípios, o setor informal contribui com mais de 80% do emprego existente. Em quatro dos oito restantes concelhos, a contribuição do setor informal para o emprego está a 1-3 pontos percentuais dos fatídicos dois terços e, nos outros quatro, o contributo do setor informal para o emprego é superior a 57%. Isto é, fora dos 4 pólos (Boa Vista, Sal, Praia e São Vicente) não há nada, rigorosamente nada.

Este facto evidencia, por si só, a inadequação, ontem como hoje, dos pacotes de incentivos aos investimentos privados e a razão pela qual estamos a patinar no processo de desenvolvimento.

Na verdade, apenas Sal (27,2%) e Boa Vista (20,8%) escapam esta epidemia económica da informalidade porquanto, em São Vicente, 44,9% dos empregos existentes foram criados no setor informal e, na Praia, o peso do informal no mercado do trabalho é de

54,0%.

Enquanto este quadro, (esta estrutura do mercado do trabalho) não for mudado, façam os políticos o discurso que quizerem e o Parlamento o debate que lhe agrada, não iremos a lado algum. Deveríamos todos, estar cientes disso.

Na verdade, o município com mais de 2/3 dos empregos existentes criados no setor informal é um espaço económico morto. Não há vitalidade económica e não se vencerá nem a pobreza nem os desafios de desenvolvimento económico nestes territórios municipais.

Porém, não obstante o facto de o setor informal ser o mais dinâmico na criação de aquilo que, sem pudor, se chama de emprego apesar da precariedade que encarna, não se deve cair no erro de atacar os incentivos atribuídos, por exemplo, ao setor do turismo porquanto nenhum país se desenvolveu em virtude do alto grau de informalidade da sua economia, antes pelo contrário, e o turismo tem potencialidades para propulsar outros setores.

Concelhos e ilhas com menos vocação turística

O mal não está, como alguns querem convencer-nos, nos incentivos atribuídos ao setor do turismo, mas sim em concentrar as baterias neste setor negligenciando a exploração das potencialidades dos concelhos e ilhas com menos vocação turística.

Quando assim é, a informali-

dade reina e o desenvolvimento fica adiado e, com isso, comprometido o bem-estar das pessoas que vivem na periferia

A verdade crua é a indiscutível ausência de vitalidade económica nos 18 municípios da periferia causada pela ausência de investimentos privados, pela elevada taxa de mortalidade das iniciativas empresariais dos privados e pela penúria de oportunidades de investimentos e de acesso a crédito bancário.

Se não for possível, na perspectiva dos investidores privados, aumentar a atratividade da periferia aos investimentos privados, é evidente, porque inteligente, que, num quadro como este, o Estado vai ter que criar empresas na maior parte destes municípios. E não há nenhum mal nisso.

O mal é deixar uma massa enorme da população a viver do desenrascanço e de biscate para poder enganar o estômago.

Mas investir na melhoria da capacidade de captação de investimentos privados da periferia implica necessariamente rever a política de incentivos e, obviamente, de infraestruturização do País como um todo.

Estas visitas terão que ser feitas pelo dever que recai sobre todos nós de libertar o País da informalidade pelo que verei com bons olhos a plataforma eleitoral que tenha como propósito alterar a estrutura do mercado do trabalho. (Fim)

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv





Diz-me com quem andas...

Essa de Cabo Verde receber, com honras de Chefe de Estado, no Aeroporto Internacional Nelson Mandela, um simples cônsul honorário, ainda por cima ligado ao partido do André Ventura, que passa a vida a coçar nos ciganos e a mandar os pretos para a terra deles, é algo que não lembraria nem ao pior dos humoristas de Hollywood. ZIG começa a desconfiar que há gente a querer tramá-lo. Sim, pelos vistos, querem tirar-nos o monopólio de vender boa disposição aos Cabo-verdianos e às Cabo-verdianas, no País e na Diáspora. Diante de tamanha concorrência desleal vamos queixar numa dessas Agências de Regulação. Ou então fechamos o expediente e vos deixamos por conta dos desequilibrados que nos governam. Fica o aviso.



Do café pequeno...

Embora com quase cinco anos de atraso, acabou por acontecer o que devia ter acontecido desde o início: Luís Filipe Tavares (LFT) à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministro da Defesa. As razões são já mais que sabidas e manjadas. Nem é preciso chamar o Jaime Bunda, o Agente Secreto, para saber quem, com muito sentido de Estado e de Responsabilidade, andou a tramar Mr Tavares... ZIG garante que nada tem a ver com o assunto.



Galeria

ZIG sabe que, neste momento, LFT já tem chatices que lhe cheguem, isto – diga-se – sem qualquer trocadilho com o CHEGA! Mesmo assim, repare o leitor na imagem: o nosso ex MNEC no seu até aqui gabinete de trabalho, concentrado, a explicar qualquer coisa que só ele considera importante. A foto do PR, essa, é aceitável, já que dentro dos cânones da República. A segunda foto, do próprio LFT, essa, ZIG tem sérias dúvidas se não estava a mais. Convenhamos, gabinete de trabalho de Ministro não é, necessariamente, a casa da mãe Joana. Enfim, agora que deixou de ser MNEC é só pegar na foto (a mais) e pregá-la na Galeria dos Ministros. Há gente que vai ficar em muito duvidosa companhia. Mas isso não é problema do ZIG.

Relâmpago

Se LFT foi o titular que mais tempo durou no Palácio das Comunidades nesta nossa II República, Francisco Tavares foi, sem dúvida, o Embaixador político mais fugaz na história de Cabo Verde, se calhar, de todos os tempos. Foi nomeado em Julho de 2020 e descartado no início deste mês de Janeiro. JCF, que antes tinha dito que não nomearia mais embaixadores políticos, foi obrigado a lavrar mais um decreto presidencial dando por finda a comissão de serviço de um embaixador que nem sequer conseguiu adquirir o bilhete de passagem para Abuja. ZIG espera que o nosso ex-Embaixador venha a ser melhor tratado, sobretudo, agora que o LFT deixou de estar no Palácio das Comunidades.

Gambiarra

O aviso está dado. E percebe-se bem, seja em crioulo cabo-verdiano, português ou até mesmo inglês, embora com sotaque de Santo Antão. A placa à porta da lixeira municipal do Porto Novo mostra que a autarquia de Anibal Fonseca não brinca em serviço. Se fosse num futuro próximo, quem não ia gostar nada disso era a inteligência artificial do Facebook, que, como trouxeram os ventos, brevemente passa a traduzir também o crioulo na sua plataforma. E se calhar as cabras também não gostaram, mas isso é outra história.



Covid-19

A onda de covid-19 por São Vicente veio comprovar o velho adágio, muito mindelense, “depos d’sabe...” Com tanta festa e festinha (Natal, Ano Novo, Convívios...) o resultado está à vista de todos. Como também diz a sabedoria popular, quando a cabeça não funciona o corpo é que paga. Quem já passou e sobreviveu à covid-19 diz que a coisa é bem mais pesada do que uma “gripezinha”. É pior que ser lombado da cabeça aos pés. Por isso, cabo-verdianos e cabo-verdianos, cuidem-se, de preferência, neste 13 de Janeiro. Nada de abraços a festejar o Dia da Liberdade e da Democracia.

Entre “lives”

A pandemia da covid-19 pôs a cultura em stand by, mas pelos lados do Monte Cara um certo promotor de eventos recusou-se a dar por vencido. Ora vejamos “Baía das Gatas live”, “Fim de ano live”... E porque nos aproximamos de mais um dos expoentes máximos da cultura mindelense, não será de todo descabido pensar que este senhor estará a cogitar um «carnaval live”... Se não for já neste primeiro trimestre, sempre poderá decorrer no Verão. Os Mandingas, este ano, ainda não deram sinal de vida.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.



13 de Janeiro

Trinta anos em democracia e liberdade

A nação cabo-verdiana assinala esta quarta-feira, 13 de Janeiro, com pompa e circunstância, os trinta anos das primeiras eleições livres e pluralistas da sua história. ETC dá a palavra a vários cidadãos nascidos em 1991. Como se sente, que problemas enfrenta no presente e que sonhos alimenta em relação ao futuro, etc. De A a Z, também damos conta de como a realidade nacional mudou ao longo destas três décadas de democracia e liberdade, na certeza de que neste, como noutros domínios da vida dos povos e das nações, o caminho é vasto. A todos bom 13 de Janeiro!

Democracia, de A a Z

Trinta anos de A a Z, ou de como Cabo Verde foi moldando-se à luz de cada letra do abecedário ao longo destas três décadas de democracia. Nem o controverso K fica de fora, e muito menos o Y ou o W. Confira e faça você mesmo o seu ABC...

João Almeida Medina



Abertura

Cabo Verde não ficou imune à onda mundial de mudanças de regimes políticos, com a queda do bloco socialista do leste europeu.

Em Setembro de 1990, depois do anúncio da abertura do regime, a Assembleia Nacional Popular (ANP) revogou o artigo 4º da Constituição, que declarava o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) força política dirigente da sociedade e do Estado, institucionalizando, a partir dessa data, oficialmente, o princípio do pluralismo partidário.

A 13 de Janeiro de 1991, o Movimento para a Democracia (MpD), surgido em Março de 1990 e liderado por Carlos Veiga, impingia uma pesada derrota ao PAICV, que havia governado o país nos 15 anos anteriores, agora sob o comando de Pedro Pires. Ao contrário de outros países, africanos e não só, a abertura política neste arquipélago fez-se sem convulsões de grande monta. Trinta anos depois, a aprendizagem segue o seu rumo.

Democracia

Apontada como exemplo em África, a democracia em Cabo Verde amadurece do ponto vista formal. As instituições do Estado, umas mais do que outras, cumprem o seu papel constitucional; a alternância democrática no poder dá-se de modo regular, a população tem sabido respeitar o resultado das urnas.

Mas muitos cientistas políticos apontam que precisamos dar um salto para uma democracia com maior níveis de participação, onde haja alternativa ao bipartidarismo MpD versus PAICV.

O facto é que, se tomarmos como referência as últimas eleições autárquicas, ficamos no mais do mesmo. As candidaturas que se colocaram como alternativa não tiveram expressão eleitoral nem serviram para estagnar a crescente tendência à abstenção.

Muitos cabo-verdianos não se revêm nem nos tradicionais nem nos alternativos. Outros questionam o próprio sistema. A democracia entrou num beco de saídas estreitas? A ver vamos.

Banca

O advento da democracia causou uma mudança no sistema bancário e financeiro cabo-verdianos. Além do Banco de Cabo Verde (BCV), cuja parte comercial foi transformada Banco Comercial do Atlântico (BCA), surgiram vários outros bancos e instituições financeiras, ficando o BCV com as funções de regulador e supervisor do sistema.

Contudo, empresários e outros cidadãos continuam queixar-se que as taxas de juro praticadas pela banca não ajudam a financiar a economia nem investimentos privados. A abertura do sistema trouxe também problemas ligados à lavagem de capital e a negócios obscuros.

Virando-se para a economia de mercado, surgiu ainda, o que até então parecia impensável, a Bolsa Valores de Cabo Verde. O volume de negócio nunca foi grande, se compararmos a outras praças financeiras, mas serviu para venda e compra de acções e para a busca de financiamento por parte de empresas como a Electra, através do lançamento de obrigações.

Economia

De base estatizante e de subsistência, a economia cabo-verdiana liberalizou-se de forma decidida a partir de 1991. O privado assumiu a importação de bens de consumo, transportes marítimos e rodoviários, assim como outros pilares da economia.

A partir dessa altura, o sector de serviços passa a ser o impulsor da economia com enfoque no turismo, que assumiu papel preponderante ao ponto de atrair grandes investimentos sobretudo nas ilhas do Sal e da Boa Vista.

A imobiliária e a construção civil tiveram também momentos pujantes, mas a crise de 2008 e, principalmente, a pandemia de 2020 puseram a nu os problemas do modelo económico seguido.

Tanto assim é que as taxas de desemprego dispararam para níveis superior a 20 por cento da população activa, os índices económicos despencaram. Assim, as promessas políticas de um crescimento a dois dígitos e de taxas de desempregos inferior a 10% não saíram do papel. Agora tente-se encontrar outros caminhos.

Cultura

A abertura política coincide com o estouro de Cesária Évora nos palcos do mundo e com ela Cabo Verde entrou no mapa cultural do Globo.

A morna encantou outros povos e de lá para cá a música e outras expressões assumem um papel de relevo como embaixadoras deste pequeno arquipélago.

Uma marcha que culminou com a elevação da morna a Património Mundial. A importância histórica na intercalação dos mundos levaria também a Cidade Velha a Património Mundial.

Por ironia, o país que entra no mapa-múndi pela música e por sua história cultural comemora os seus 30 anos de democracia pluralista sob o protesto dos criadores e dos agentes culturais que se dizem esquecidos pelo Estado. Esta quinta-feira, 14, vão mesmo protestar contra essa “negligência”.

Formação

Factor de mobilidade social e económica, a formação constituiu uma aposta clara dos sucessivos governos de Cabo Verde pós-independência e ganhou fôlego com a massificação do ensino.

A chegada aos liceus, antes privilégio de poucos cujos pais conseguiam recursos para os colocar no Mindelo e na Praia, multiplicou-se com a construção de escolas secundárias em todos os concelhos do país.

Os níveis de escolaridade dispararam, as taxas de analfabetismos diminuíram e o número de institutos de formação e universidades teve “boom”.

Os números do Ministério de Educação mostram que nos últimos anos mais 12 mil pessoas frequentaram o ensino superior no país. Fora os milhares de estudantes que saem todos os anos para se formar no estrangeiro.

Mas, como indica o número de desempregados jovens com formação, há desajustes entre as políticas de formação e as demandas do próprio país e do mercado. Não houve também uma preocupação de se formar com vista a outros mercados, nomeadamente o da CEDEAO.

Género

A igualdade de direitos e equidade de géneros entraram em pauta com força nos últimos 30 anos. Foi depois de 1991, no primeiro executivo de Carlos Veiga, que as mulheres passaram a integrar o Governo (Ondina Ferreira e Helena Semedo).

As leis de violência baseada no género e de paridade resultaram de lutas travadas para o equilíbrio social. O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), seus parceiros e activistas mantêm a chama acesa para que cada vez menos o género não seja factor de discriminação ou de injustiça.

Uma outra luta foi e continua a ser no sentido de cada vez mais mulheres passarem a integrar os principais centros de decisão, Parlamento e Governo, mas também câmaras e assembleias municipais. A Lei de Paridade, aprovada em 2019, tende a tornar-se mais do que letra morta.

Juventude

A juventude constitui a potencial força transformadora de um país onde a maioria da população é jovem. As políticas públicas muitas vezes não lhes facilitam o caminho, mas há quem as contorne, fazendo o seu caminho empreendedor que ajuda outros a entrar no mercado de trabalho.

Outros reclamam mais oportunidades e espaços para realização dos seus projectos pessoais e servir o país. Talvez não queiram mais ser apenas narrativa dos políticos em tempos de eleição.

Mudança

A palavra mudança foi guião das vitórias e das acções do MpD na década de 1990. Mudar tudo, desde o regime ao mercado. Abriu-se ao comércio externo, aos privados, à concorrência.

Em muitos sectores como o de géneros alimentícios e bens de consumo a mudança mostrou-se profunda. A importação de frutas, carnes, enlatados, bebidas, por exemplo, não só dinamizou o comércio mas também ajudou a alterar o regime alimentar dos cabo-verdianos, para o bem e para o mal.

Por um lado, enriqueceram a oferta nutricional, por outro fizeram aparecer sinais de obscenidade, que, juntando-se ao sedentarismo, aumentaram doenças cardiovasculares.

Privatizações

A onda de privatizações foi lema do início do percurso democrático. As empresas estatais, que cobriam desde o abastecimento de bens de primeira necessidade ao transporte e a telecomunicação, foram extintas ou passaram para mãos de privados.

Umadas deram saltos de qualidade incomparáveis. Vide a área de telecomunicações, que se separou dos Correios e com os investimentos feitos levou o país à era das redes com ganhos para economia e sociedade.

Outras nem por isso. A privatização da Electra, por exemplo, foi um fiasco. Não se fez os investimentos previstos no caderno de encargo e a consequência foi um caos enérgico.

Os sucessivos cortes de energia tiveram custos elevados não só para o Estado como para as famílias. Quem fala na Electra, fala na TACV e em outros casos complicados.

Hidrologia

A mobilização de água para a rega e o abastecimento cresceu bastante nos 30 anos.

A construção de barragens é a face mais visível de uma política virada para a agricultura que nem sempre segue uma linha coerente.

Kriolidadi

O uso da letra K é motivo de controvérsia desde que foi introduzido no nosso alfabeto no colóquio do Mindelo, em 1979.

Uns defendem que a letra nos aproxima de África, continente a que pertencemos, e a ideia kriolidadi reforça o nosso sentido de pertença.

Outros torcem o nariz tanto ao conceito como à letra. De tempos em tempos, a discussão reacende-se, sobretudo quando está em pauta o uso oficial da língua cabo-verdiana.

Narcotráfico

A abertura das nossas fronteiras, áreas e marítimas, nos anos 90, facilitou o caminho ao submundo do crime.

As apreensões de toneladas de drogas em operações como Voo da Águia, Lancha Voadora e outras no país tornaram visíveis das acções criminosas de organizações mundiais.

O narcotráfico, bem como a lavagem de capitais, entrou assim para as nossas páginas policiais e pôs o mundo de olho em nós.

Quadros

A década de 1990 reforçou a aposta na formação de quadros dentro e fora do país. Por essa altura, milhares de jovens provenientes de famílias sem recursos ganharam bolsas de estudo e rumaram a países vários para prosseguir os estudos.

Ao mesmo tempo incrementou-se o investimento dos institutos de formação superior no país. Nem sempre as opções têm sido as mais correctas e muitas vezes a qualidade de formação não é a desejada.

De todo o modo, em termos quantitativos, o salto foi enorme.

Imigração

País de emigração por excelência, nas últimas décadas Cabo Verde passou a atrair imigrantes de vários países.

Aliás, em Setembro de 2020, o ministro Fernando Elísio Freire garantia que nos últimos anos o ritmo de imigração tem sido muito mais acelerado que o número de cabo-verdianos que saem para outros países.

A estabilidade democrática, a paz social, a abertura do mercado de trabalho e os acordos de mobilidade internacional contribuem para tal inversão do sentido migrante.

Liberdade

A democracia conjuga-se com a liberdade. Sendo assim, a Constituição de 1992 tratou de colocar as liberdades e garantias como pilares fundamentais do Estado.

O perigo é quando essa liberdade assume valor negativo que desconsidera a diversidade de pensamento e o colectivo, assim como fere o direito à honra e à privacidade de outrem.

Nas redes sociais pululam esse sentido negativo e quando assim é a democracia sai a perder.

ONG

As Organizações não Governamentais (ONGs) cresceram em número e actividades com a abertura política.

Surgiram para desempenhar funções do próprio Estado no apoio a populações vulneráveis onde, por vezes, as ajudas públicas demoravam a chegar.

Com o andar dos anos, diversificaram-se, organizaram-se em plataforma, começaram a estabelecer acordos além-fronteiras e vão buscar financiamentos no estrangeiro.

Substituíram as organizações de massa do regime anterior e muitas prestam um serviço de grande valia ao país.

Rodovias

Grande investimento fez-se nas infra-estruturas rodoviárias no país sobretudo nos governos de José Maria Neves.

Antes o MpD tinha apostado no desenraçamento das populações com a abertura de caminho carroçáveis.

Nada que se compara ao investimento da estrada que liga Janela ao Porto Novo, na circular da Praia, em São Nicolau, ou Praia-Tarrafal, e nos outros pontos do território.

Foi claramente como sair da Idade Média e entrar nos tempos modernos.



POLÍTICA

Segurança

A segurança tem sido uma preocupação constante dos sucessivos governos desde 1991.

Houve a reorganização e investimento na polícia de segurança pública, surgiu a judiciária e cada vez mais faz-se acordos com outros países no sentido de dar combate aos crimes transnacionais nas nossas águas e no território.

A natureza dos crimes mudou e agora o Estado procura investir em tecnologias – câmaras, scanners – para que Cabo Verde tenha os índices de criminalidade controláveis.

Urbanização

As mudanças económicas no país e as sucessivas secas forçaram muita gente a deixar o mundo rural rumo à zona urbana. Assim, as cidades já existentes cresceram.

O Estado viu-se obrigado a investir na urbanização para responder aos desafios do êxodo. Surgiram, outrossim, novas cidades por conta da elevação das sedes dos municípios à condição de cidade.

Um organizaram e expandiram de forma mais ordenada do que outras, mas não se pode negar os investimentos pelo menos ao nível do saneamento.

Workshop

A palavra workshop (como sinónimo de mesa-redonda, atelier, fórum e quejandos) entrou no vocabulário dos cabo-verdianos por conta dos milhares que são realizados por ano em todo o território nacional e que são objectos de notícia.

Gastam-se milhares de contos neste tipo de eventos, onde não faltam os coffee-breaks, recomendações, que nem sempre têm resultados palpáveis.

Por alguma razão, Cabo Verde é conhecido, em certos meios, como o país dos workshops. A covid-19 pôs um grande travão a essa tipo de “conversa furada”, que não leva a nada

Yes, man!

Para não pôr em perigo chorudos salários em institutos públicos, agências reguladoras, empresas do Estado, muitos são aqueles que se submetem ao “Yes, man!” em vez de defender os interesses públicos.

Basta um telefone de um ministro ou de um militante influente na máquina do partido no poder para a ética, o dever e o rigor irem parar à privada.

Vida boa, antes de tudo!

Transportes

O sector dos transportes talvez seja o que mais retrocessos e ziguezagues sofreu com a mudança de regime.

Antes o Estado possuía empresas não só para o sector marítimo, que cobria tanto as viagens domésticas como as do longo curso, mas também no aéreo – TACV – e no rodoviário- Transcor.

A marítima foi desmantelada e os privados não tiveram logo a capacidade de preencher as lacunas. No rodoviário, a Transcor só se manteve em São Vicente na mão de privados e o sector aéreo é aquilo que se conhece.

A tentativa de privatização da TACV é uma batata quente na mão que vai passando de Governo para Governo, sem que o problema se resolva realmente.

As populações de ilhas periféricas como São Nicolau continuam a queixar-se das precárias ligações áreas. As linhas marítimas parecem melhores, entretanto.

Vacinação

Os níveis de vacinação melhoraram, a rede de serviço de saúde aumentou e com isso a taxa de mortalidade infantil, que chegou a ser de mais de 90 por mil, diminuiu para valores inferiores a 10 por mil.

Há muito por fazer e a pandemia expôs as debilidades do sistema público de saúde, mas as melhorias são incontestáveis.

Xenofobia

Com a chegada de cada vez mais imigrantes a Cabo Verde, notam-se sinais de alguma intolerância ou mesmo desprezo a certas comunidades estrangeiras que escolheram este país para residir e trabalhar.

Algo paradoxal para um povo que se considera uma nação global e cuja população encontra-se espalhada pelo mundo em busca daquilo que as ilhas não lhe dão.

Era suposto que aqui não deveria caber nenhuma espécie de xenofobia.

Ziguezague

Cabo Verde tem mantido um ziguezague em relação à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

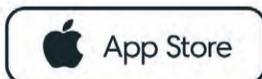
Os acordos fazem-se, o país participa mais nas instituições da comunidade sub-regional, entretanto por aqui ainda mal se conhece e pouco se explora o potencial económico, social, cultural dos países que fazem parte da CEDEAO.

O mercado da comunidade poderá ser algo a explorar, mas para isso Cabo Verde tem de dar mais à sub-região.



Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



POLÍTICA

Desempregado mas optimista

“Cabo Verde está no bom caminho”



Anivaldo Almeida nasceu a 14 de Novembro de 1991 e cresceu no Tarrafal de Monte Trigo, concelho do Porto Novo, Santo Antão. Muito jovem mudou-se para São Vicente onde estudou o ensino secundário. Terminado o liceu, licenciou-se em Informática de gestão em 2017, uma área, que diz ter escolhido pelo “gosto” às tecnologias.

Crisilene Brito

Aqui trabalhou durante um ano com uma empresa de telecomunicações mas devido à pandemia ficou no desemprego. Neste momento procura um trabalho porque vive com a mulher e a filha bebé.

Percurso de Cabo Verde

Apesar de se encontrar desempregado, para este elemento da “geração” 13 de Janeiro, Cabo Verde, sendo um país com poucos recursos, “está no bom caminho”, apesar de ainda haver “muitas coisas para serem melhoradas.”

Considera que, em termos de saúde, “conseguiu-se criar estruturas que preenchem algumas das necessidades dos pacientes mas que ainda carece de um melhor atendimento, aceleração no tratamento de doenças e começar a enxergar as necessidades de todas as ilhas com os mesmos olhos.”

No que toca à educação, este cidadão diz que Cabo Verde está em melhores condições de ensino de há 30 anos atrás, naturalmente, e que “precisa agora melhorar em termos de mais aproximação dos pais com as escolas, acompanhamento dos professores e ajudar os mais desfavorecidos”.

Anivaldo Almeida é optimista. Formado, casado e pai de uma criança, espera dentro em breve, reencontrar um emprego, o bem mais precioso nestes dias de crise pandémica.

Um ano depois de se licenciar, numa universidade cabo-verdiana, e ainda sem conseguir um emprego, mudou-se para a ilha do Sal, onde trabalhou como técnico de redes de informática e telecomunicações durante 11 meses. Com a mulher grávida, numa “ilha muito difícil em termos de alojamento e alimentação”, decidiu voltar para São Vicente.

Mauro Vieira

Jovens, o nosso calcanhar de Aquiles

Mauro Alexandre Lopes Vieira nasceu a 10 de Janeiro de 1991, em São Vicente, e cresceu no bairro da Ribeirinha, na zona de Areia Branca, num lar de quatro irmãos e os pais. Filho de pai emigrante e condutor de profissão, sempre viu o seu progenitor como uma referência e a mãe, como o próprio define, o seu “berço de afecto”. O 13 de Janeiro é para ele um data especial.

Crisilene Brito

As aventuras do menino Mário Vieira pelos campos de terra a viver o futebol, sua grande paixão, com o passar dos anos, deram espaço ao seu espírito aventureiro. Abraçou o escutismo católico, que lhe permitiu a socialização, visto que foi uma criança reservada e introspetiva.

Durante a sua vida universitária, Mauro conheceu o seu outro lado ao apaixonar-se pela escrita. Entre prosas e versos, pretende lançar a sua obra literária, quando chegar aos 60 anos. Porquê tanto tempo, é resposta que fica para depois. Se calhar no dia em que cumprir o desafio.

Apesar de ter conseguido concluir a sua formação em Língua Inglesa, a ilha natal do nosso entrevistado, São Vicente, não lhe abriu as portas a nível profissional. Essa oportunidade encontrou-a na ilha do Sal, onde reside há quase seis anos, e trabalha como subchefe de relações públicas em um dos hotéis da ilha.

Hoje, pai de duas crianças, Mauro Vieira não esconde que teve o seu tempo de negação no que tange à sua participação activa na vida de Cabo Verde, mas agora, adulto, procura exercer o seu dever cívico enquanto cidadão consciente. Para ele, estes 30 anos de democracia são fruto das

grandes conquistas do país, reconhecido internacionalmente pelos seus ganhos políticos, económicos e sociais.

Contudo, o facto de sermos um país formado maioritariamente por jovens, em vez de ser uma riqueza, este tem sido o nosso calcanhar de Aquiles. “Os jovens ainda não participam de forma determinante nos destinos do país, no sentido de fazer evoluir a democracia. E, sendo assim”, sublinha, “é necessário mais responsabilidade na escolha dos nossos representantes e maior celeridade na eliminação daquilo que impede o progresso de Cabo Verde”.



Lindsay Reis

Infelizmente, o medo continua

Filha de pais professores, nascida e residente em São Vicente, Lindsay Reis nasceu a 2 de Janeiro de 1991. Considera-se por isso, membro de pleno direito, da geração que viveu em democracia e liberdade.

Hoje, aos trinta anos, depois de concluir o ensino secundário, Lindsay Reis conseguiu formar-se em dois cursos superiores. Um em Economia – Moedas e Finanças no Senegal – e outro em Gestão e Administração, na França, onde posteriormente concluiu também o mestrado em Economia das Organizações e Governação, com especialidade em gestão das organizações na economia digital.

Actualmente trabalha como comercial em uma empresa e é uma das sócio-gerentes de uma outra empresa de venda online. Infelizmente, em Outubro de 2020, Lindsay passou

por uma das maiores provações da vida: perdeu a mãe, uma dor que ainda está a sarar.

Ao completar a mesma idade em que Cabo Verde celebra os trinta anos da conquista da liberdade e democracia, Lindsay Reis enaltece esses dois importantes elementos para a vida de qualquer país e povo. Porém, existe o outro lado da moeda, o sentido “cá dentro”, como diz.

“Infelizmente, ainda não nos conseguimos livrar da cultura do medo e da conotação política”, que, como diz, acabam por condicionar a liberdade geral. “Há o receio de represálias, o que acaba por afectar, às vezes, mesmo que indiretamente, a nossa vida profissional. São factores desmotivam, em muito, os jovens a terem uma participação cívica mais activa”, lamenta. CB



POLÍTICA

Nascido a 13 de Janeiro de 1991

Especial e orgulhoso

“Especial e orgulhoso” é assim que Kelven Patrick Andrade Tavares, ou “Bartu”, como prefere ser tratado, se define por ter nascido, precisamente, a 13 de Janeiro de 1991, Dia da Liberdade e da Democracia. Na Várzea, nasceu, viveu e estudou; hoje, emigrado em Portugal, recorda com saudades a infância e a adolescência nesse emblemático bairro da cidade da Praia.

Míriam Pires, Estagiária

Sinto-me muito especial e abençoado por ter nascido no dia e no ano em que, pela primeira vez, os cabo-verdianos foram às urnas para exercer o seu direito de voto. Um dia muito importante para o meu país, e isso deixa-me muito orgulhoso, saber que faço parte de uma conquista que marcou a vida de todo o povo cabo-verdiano”, declara Bartu.

Nascido e criado na Cidade da Praia, Kelven Patrick recorda com saudades os detalhes da sua infância vividos na Várzea, onde também começou os seus estudos secundários no Liceu Cónego Jacinto.

“Estudei no Liceu Cónego Jacinto e fui terminar os meus estudos em Lisboa e foi lá que fiz a minha formação no Grupo Salvador Caetano (Toyota) e agora sou formado em mecânica automóvel. Neste momento trabalho no supermercado Dia, onde sou o terceiro chefe de loja”, relata Kelven relativamente ao seu percurso académico e profissional.

Kelven Tavares é solteiro e tem dois filhos, uma menina de oito anos e um rapaz de quatro, ambos nascidos em Portugal. Diz que sempre que pode procura informar os filhos sobre Cabo Verde, “para que não se esqueçam das suas origens”. Neste momento, a sua ambição é de “ter casa própria e conhecer o mundo”.

Democracia em Cabo Verde

Conceptualmente, a democracia é conhecida como o regime po-

lítico que permite aos cidadãos o pleno exercício dos seus direitos e possibilita os países a alcançarem o desenvolvimento social e económico.

Porém, na visão Kelven Tavares, a “união” entre as ilhas e entre os cabo-verdianos é o que tempera e dá um toque diferente ao actual regime de Cabo Verde em relação aos outros países.

“O que destaca a democracia em Cabo Verde é a união entre os cabo-verdianos, porque, apesar de tudo, somos um povo lutador, que conhece a nossa história, as nossas batalhas e conquistas, somos unidos, e é isso que nos diferencia dos outros”, declara.

A celebração do 30º aniversário das primeiras eleições livres e pluralistas de Cabo Verde leva Kelven Andrade a apontar algumas arestas que considera necessárias de serem limadas por forma a melhorar o país. E a ponta a governação, a corrupção, a ganância e o egoísmo, entre outros.

“Já venderam quase tudo em Cabo Verde”, lamenta também. No entanto, apesar das críticas que possa ter, Kelven afirma que valeu a pena o 13 de Janeiro, por ter dado voz ao povo e gerar novas oportunidades a todos.

“Com a democracia, o povo tem voz e todos podemos lutar e mostrar o nosso rosto e a nossa preferência, a partir dos votos para eleger melhor quem vai governar o nosso país. Para mim, e não só, isto é, para todos os cabo-verdianos conscientes, com certeza, que este é um dia especial e sem igual”, conclui.



Orgulhosa por ter nascido em liberdade

Carmenzita Medina Lopes Ramos, 30 anos, natural da cidade da Praia, integra a primeira geração de jovens que nasceram no Cabo Verde democrático. Formada em Ciências da Comunicação, sente-se orgulhosa de pertencer à geração que nasceu em liberdade.

Silvino Monteiro

Carmenzita Medina Lopes Ramos, mais conhecida por “Carmem”, nasceu a 22 de Janeiro de 1991, ainda no rescaldo das primeiras eleições multipartidárias, realizadas a 13 de Janeiro.

Formada em Ciências da Comunicação, vertente Publicidade, esta entrevistada do A NAÇÃO faz um balanço positivo do seu percurso de vida, bem como do país nestes 30 anos de regime democrático.

“A nível pessoal sinto-me bastante realizada, sou mãe e casada. Já a nível profissional, a ambição ainda não está a 100% concluída, mas acredito que estou num bom caminho e todos os dias trabalho para lá chegar. No geral, posso dizer que foram 30 anos bem vividos e bem aproveitados, que venham pelo menos mais 30 ou dobro”.

Já nível dos acontecimentos marcantes registados no país

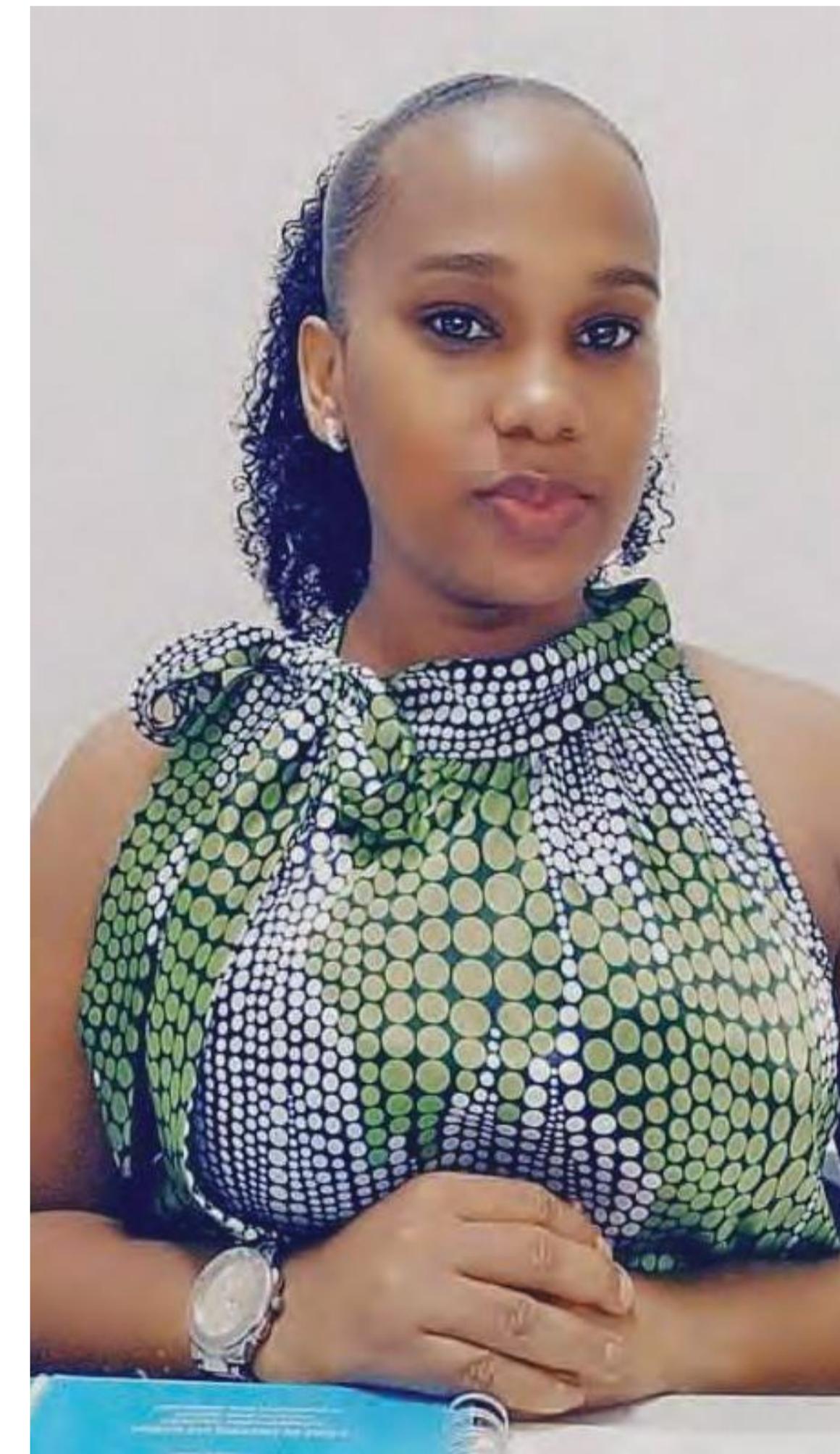
ao longo destas três décadas, Carmem destaca a instauração da democracia com um dos grandes marcos.

“Crescer e ver o povo cabo-verdiano a escolher o seus próprios representantes num ambiente de paz, algo que ainda não acontece em muitos outros países africanos, leve-me a avaliar a nossa democracia como bem-sucedida, sendo certo que ainda há muito por melhorar. Até porque a nossa democracia só tem 30 anos, portanto, ainda é jovem e por isso o processo ainda não está consolidado”.

Carmem aponta ainda a descentralização do poder como um outro ganho importante.

“A descentralização foi algo muito importante, permitiu que a democracia esteja ao alcance de todos os cabo-verdianos, contribuindo também para o desenvolvimento local”.

Já no que se refere aos as-



pectos menos conseguidos, também defende que “é preciso combater a violência e a insegurança urbana, assim como o défice nos sistemas da saúde e da educação. Por outro lado, é preciso acabar com os casos do desaparecimento de pessoas, sobretudo crianças,

mas também com a morosidade da justiça”.

Carmem Ramos defende que o 13 de Janeiro é uma data muito importante que deve ser considerada e celebrada por todos os cabo-verdianos, à semelhança de 5 de Julho.

“A 5 de Julho de 1975 obti-

vemos a nossa independência mas foi o 13 de Janeiro que nos deu a liberdade de escolher os nossos próprios representantes, e exigir os nossos direitos. Portanto, sinto-me muito orgulhosa de pertencer à geração que nasceu em liberdade”, conclui.



Covid-19

São Vicente à beira do estado da calamidade

Vários factores podem estar na origem deste boom de casos positivos em São Vicente. As autoridades sanitárias apontam a vida nocturna que se vive no Mindelo, bem como as comemorações de Natal e final de ano.

Uma das provas disso, segundo o delegado de Saúde, Elísio Silva, é o grande número de casos positivos no seio de uma mesma família e até de grupos de amigos, o que mostra que houve actividades sem protecção. Em muitos casos, específica, são detectados 10, 15 casos numa mesma família.

O delegado de Saúde aponta ainda as aglomerações no Centro de Estágio para a realização de testes de covid-19. Como diz, as pessoas não cumprem os horários estabelecidos para cada tipologia de testes. Mesmo tendo o teste marcado para as 12h, chegam às 8h da manhã. Por isso, a Delegacia de Saúde passou também a fazer testes e já está a identificar outro local para os testes de pessoas contactos de casos positivos.

Os testes PCR para viagens internacionais também triplicaram nos últimos dias: mais de 50 por dia. A todos estes factores se junta o facto de se estar numa ilha com transmissão comunitária e que continua a receber pessoas de vários pontos do país.

Entretanto, a quem não se esqueça de apontar as aglomerações nas entradas de estabelecimentos comerciais, especialmente por altura do Black Friday, no final de Novembro, das filas na entrada das instalações das alfândegas durante em Dezembro, bancos, entre outras instituições públicas e privadas.



Elísio Silva

Até o fecho desta edição, ontem, Cabo Verde mantinha 243 casos activos da covid-19, com maior expressão nos concelhos de São Filipe, São Vicente, Praia e Porto Novo. O surgimento de nova extirpe dessa pandemia é um novo sinal de preocupação para o mundo inteiro.

Natalina Andrade

Para Elísio Silva, apesar desta ser uma decisão do Governo, a única forma de combater o avanço do vírus na ilha é decretar o estado de calamidade e, de alguma forma, fazer com as pessoas fiquem o maior tempo possível nas suas residências, por um período de 10 dias há duas semanas. “Só assim conseguiremos diminuir as festas que tem vindo a acontecer em todos os lugares”, defende, as-

senalando que o foco de transmissão no momento é “alto”.

Dados apresentados esta terça-feira, 12, mostram que a ilha registou 220 casos positivos e dois óbitos na semana de 4 a 10 de Janeiro. Até o domingo tinha 2018 casos activos e 11 óbitos, estes últimos que representam menos de 1% da taxa de letalidade, portanto, “muito abaixo do padrão internacional”.

Todas as localidades afectadas

Por ser uma ilha muito “junta”, já há casos positivos em toda a sua extensão, Elísio Silva prefere não falar das localidades mais afectadas, já que o combate deve ser pensado num panorama geral. “Todos os centros de saúde estão a trabalhar na investigação e seguimento dos casos nos respectivos bairros, com equipas multidisciplinares, compostas

por médicos, enfermeiros, epidemiologistas, assistente social, psicólogos, entre outros”, explica.

Neste momento, sete pessoas estão hospitalizadas, 44 estão isoladas no Centro de Estágio e 172 em isolamento domiciliário obrigatório. Contando casos suspeitos e contactos de casos positivos, são cerca de mil pessoas em quarentena domiciliária. A ilha já registou um total de 1112 casos, dos quais 903 já estão recuperados e 11 foram a óbito. O último, registado no domingo passado, trata-se de um caso externo de uma pessoa de Pedra Rolada, que morreu a caminho do hospital após uma crise de asma.

Maió segue tendência crescente

Outra ilha que tem gerado alguma preocupação é o Maio, que nas últimas semanas tem registado uma tendência crescente no registo de novos casos positivos. Dos 97 casos positivos registados até o início desta semana, 62 estão activos. O maior número – 14 casos, foi registado no dia 07 de Janeiro.

Apesar de números inferiores na última semana, a ilha continua a registar casos diariamente. Foram, no total, 48 novas infecções na última semana, numa ilha com pouco menos de 7 mil pessoas residentes.

Outro município com alguma predominância de casos é a da Cidade da Praia, o segundo maior foco no momento, com 138 casos activos.

A nível geral, o país acumulava 521 casos activos até esta terça-feira, 12. Destes, para além de São Vicente, Praia e Maio, os municípios com mais casos activos são Porto Novo (27), Ribeira Grande de Santo Antão (25) e Mosteiros (28).

Participação da diáspora nas eleições presidenciais

Marcos Rodrigues reivindica revisão constitucional

DIÁSPORA

O empresário Marcos Rodrigues, potencial candidato à Presidência da República, reivindica uma revisão da Constituição no sentido de remover as barreiras que impedem o emigrante, com dupla nacionalidade, de concorrer às eleições presidenciais.

A Carta Magna impõe que só podem concorrer à chefia do Estado os cidadãos que não tenham outra nacionalidade que não a cabo-verdiana, o que para este cidadão, natural da ilha do Fogo e emigrante desde 1963, é uma norma que “não reflecte a realidade sociológica e identitária cabo-verdiana e mostra-se incoerente com outras práticas”.

Este “conhecedor” das comunidades emigradas em Angola, Portugal, Holanda e Estados Unidos da América, empresário do ramo das novas tecnologias e da imobiliária, defende a alteração do artigo 110º da Constituição da República, no sentido de dar oportunidade aos cabo-verdianos que se encontram na diáspora e que têm sido catalisadores para o desenvolvimento do país em todas as fases da sua história.

O referido artigo diz que “só pode ser eleito Presidente da República o cidadão eleitor cabo-verdiano de origem que não possua outra nacionalidade, maior de trinta e cinco anos à data da Candidatura e que, nos três anos imediatamente anteriores àquela data tenha tido residência permanente no território nacional”.

Marcos Rodrigues recorda que a diáspora, a chamada décima primeira ilha, “possui pessoas com as mais diversas profissões, é também chamada para contribuir para a dinamização da economia nacional com as remessas que envia aos familiares e deposita na sua conta privada, e para

votar elegendo governo e presidentes, é privada de candidatar-se à Presidência da República”.

“Nos momentos da vitória e do sofrimento a décima primeira ilha está com Cabo Verde e nunca recusou dar o seu contributo, mas a Constituição da República nega à diáspora o direito principal, que é o direito de participar nas questões políticas nacionais”, realçou, evocando, uma vez mais, o artigo 110º da Constituição que “nega direitos ao emigrante”, apesar de reconhecer que os partidos políticos estão todos engajados para a questão da décima primeira ilha.

Contudo, este empresário diz acreditar na boa fé dos partidos políticos que, se assim quiserem, poderão levar uma proposta de revisão constitucional ao Parlamento, no sentido de se fazer as alterações necessárias, por forma a poderem contribuir para “dignidade” dos cabo-verdianos que estão na diáspora e que sempre colaboraram para o desenvolvimento do arquipélago económico e culturalmente.

Marcos Rodrigues, que admite a possibilidade de participar na corrida às eleições presidenciais do próximo mês de Outubro, reconhece que a Constituição da República, tal como está, não lhe faculta a possibilidade de participar nesse pleito eleitoral e nem consente que exerça o seu direito como a décima primeira ilha.

Porém, diz acreditar que, até a data das eleições presidenciais, estarão reunidas todas as condições para, caso houver vontade política, se levar ao parlamento o debate para a revisão da Constituição da República, mas concretamente do artigo 110º.



SOCIEDADE

Cabo-Verdiano, Doutor em Engenharia Mecânica no Brasil, revela sua mágoa

“É muito difícil fazer algo na Área Académica com Cabo Verde”

Nascido seis anos antes da Independência de Cabo Verde (que aconteceu a 5 de Julho de 1975), José Joaquim Santos (“Prof. JJ”, para os mais chegados), viveu muitas venturas, desventuras e curiosidades, antes de ir “parar” ao Brasil.

Natural de Ribeira Brava, “onde vive hoje os melhores um por cento dos cabo-verdianos residentes no País (Risos), “Prof. JJ” cresceu a poucos metros do “antigo, famoso e histórico” Seminário-Liceu.

“Lá, na época, eu podia estudar só até aos 12 anos”, conta, revelando que foi, nesse período de infância, que adquiriu o amor pela Engenharia, quando via seu pai, “autodidacta em Arquitectura e Desenho de Construção Civil”, trabalhando e lucrando com este seu “hobby”, que exercia, anualmente, nas suas longas férias de emigrante, embarcado na Suécia.

Aos 15 anos “sonha” ser professor, quando já estudava no Liceu “Ludgero Lima” (LLL), em Mindelo (São Vicente), depois de ter tido um professor que era, também, engenheiro.

Apesar de ter sido um dos seis melhores alunos das turmas de finalistas do “LLL”, em 1987/88, não foi contemplado com bolsa de estudos, nem nomeado professor, pelo que estava quase a ser “promovido” de estudante para desocupado, quando lhe aparece uma vaga para docente de Francês, no (então) Ciclo Preparatório de “Stancha”.

“Depois desta rica experiência de um ano, que me confirmou a beleza da profissão de Professor, fui um dos cerca de 20 cabo-verdianos, que foram estudar em Azerbaijão (Bakú), na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), e que viveram aquele conflito armado com a vizinha Arménia. Ao conseguir voltar à minha Terra, ainda um pouco traumatizado, decidi não mais sair da minha Terra e esperar o



DIÁSPORA

José Joaquim Santos, aliás, “Prof. JJ”, como é tratado no meio académico, nasceu em “Stancha” - a Capital da Cidade de Ribeira Brava -, na Ilha de São Nicolau). Doutor em Engenharia Mecânica, lecciona na UFES (Universidade Federal do Estado de Espírito Santo, no Brasil), revelou ao A NAÇÃO a sua “tristeza” de ainda “não conseguir muito fazer, para que seus projectos” para o Arquipélago, “deixem de ser só projectos”. E explica o falhanço: “É muito difícil fazer algo na Área Académica com Cabo Verde”, garantindo que “foram muitas as tentativas fracassadas”.

Alexandre Semedo

dia que tivesse Curso de Engenharia”, lembra ao A NAÇÃO, notando que, depois de quatro anos no Ensino e funções em Corpo Directivo no Ciclo e no Liceu da Ribeira Brava, rumou para uma via-sacra entre Praia e Mindelo, com o objectivo de fazer o Ano Zero, que não existia, poucos anos antes, quando finalizara o “LLL”.

Choque

Como lusófono e consumidor da Cultura brasileira, desde crian-

ça, a integração e inserção de “JJ” foi, relativamente, facilitada.

“Quando se trata de um negro, ainda mais africano, ficamos chocados com muitas coisas, mas que são ‘toleráveis’, quando se sabe que é só um período. O Brasil vende muito bem esta imagem de um paraíso da convivência democrática das raças. Acreditamos nisso até chegar aqui”, realça, revelando ter ficado “chocado, ao saber que não se conhece aqui nada da Comunidade Lusófona”. Ainda ele, quan-

do um africano fala, eles acham logo, que somos portugueses.

“Chocamos, também, quando vemos que as entrevistas na Televisão, com cidadãos de outros Países Lusófonos, são legendadas (já vi até dublagem!). Esta ideia de que o Brasil recebe os estrangeiros com braços abertos, não é totalmente verdade, quando este estrangeiro é negro e africano”, revela, notando, porém, que “são questões do País”, e que, “quem vem, só para uma temporada de estudos, aprende a conviver, com o tempo”.

Como “isso depende de região para região”, “JJ” foi bafejado pela sorte, “uma vez que, quase sempre”, viveu no Sudeste, apesar de já ter estado em visita e/ou trabalho em quase todos os estados.

“Fiz toda a minha formação universitária em Itajubá, no Sul de Minas Gerais, perto de divisa com o Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Foram mais de 13 anos lá. Apesar de ser uma cidade pequena do interior, achei pior que em Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, onde vivo hoje e trabalho, há mais de 11 anos”, lembra, garantindo que “Vitória é, realmente, um lugar onde tem muita gente de outros estados e estrangeiros”, que até lhe ajudou, “um pouco”, a sua “teimosia” de não morar no Brasil.

Credenciais e bajulação

Actualmente, as credenciais de que dispõe, protegem-lhe de discriminação, pelo que nunca foi rejeitado profissionalmente.

“Às vezes que sofri alguns constrangimentos, foram antes de eu apresentar estas credenciais. Depois, vem até uma bajulação, por medo de eu abrir algum processo. Porém, gosto de diferenciar, quanto ao racismo: discriminação, preconceito e injúria. Preconceito todos sofrem e já presenciei injúrias. Devido à forte componente social e económico do racismo no Brasil, estas credenciais me protegem”, explica, sustentando que, “o problema é que muitos negacionistas do racismo estrutural, gostam de usar a narrativa equivocada de que o racismo é meramente social e económico, o que não é verdade”.

Tentam até – prossegue - alegar o facto de “eu ter sido já eleito para vários cargos de destaque, inclusive sendo o Professor mais homenageado do meu Departamento, como patrono e paraninfo dos formandos”, seus alunos, que são quase todos brancos, “como prova

“Professor JJ” lecciona na UFES e é autor de dezenas de artigos científicos

José Joaquim Conceição Soares Santos, conhecido no meio académico por “Prof. JJ”, nasceu em “Stancha” (na Ilha de São Nicolau, em Cabo Verde), possui Graduação (2002), Mestrado (2005) e Doutorado (2009), em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), sendo Mestrado e Doutorado com Concentração em Conversão de Energia.

Durante o Mestrado e o Doutorado (2002 a 2009) foi pesquisador e membro do Núcleo de Excelência em Geração Termo-Eléctrica e Distribuída (NEST), da UNIFEI, actuando na Área de Engenharia Térmica, precisamente, em Termo-Dinâmica Aplicada (Dessalinização, Co-Geração, Geração Termo-Eléctrica e Distribuída, Termo-Economia e/ou Exergo-Economia, Simulação e Diagnóstico).

Desde Junho de 2010 é Professor Efectivo

Permanente, no Departamento de Engenharia Mecânica (DEM), do Centro Tecnológico (CT) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), actuando na Graduação, Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica.

Durante os oito meses que antecederam a efectivação como Professor Efectivo Permanente, foi Pesquisador-Visitante na UFES, actuando no Programa Institucional de Formação de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-Combustíveis (PRH-ANP, nº 29).

Após a efectivação, passou a ser Membro da Comissão Gestora deste Programa Institucional, até Junho de 2011, quando assumiu a Coordenação do mesmo, ficando até 2018, quando encerrou o Programa.

Fez parte do Comité Nacional de Coordenadores dos PRHs-ANP, foi secretário e Mem-

bro do Comité Técnico Executivo da Área de Ciências Térmicas da Associação Brasileira de Engenharia e Ciências Mecânicas (ABCM) durante, respectivamente, dois biénios (de 2016 a 2020), é sub-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (PPGEM) da UFES e foi bolseiro de Produtividade em Pesquisa (Bolsa Pesquisador Capi-xaba), pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), de 2016 a 2019.

Autor (ou co-autor) de mais de 110 artigos científicos em congressos e revistas internacionais, em sua maioria, além de oito capítulos de livros.

Orientou (ou orienta ainda) perto de 20 mestrados e seis doutoramentos.

Estas e outras informações estão em: <http://lattes.cnpq.br/6666040476009642>. AS



de não-existência de racismo estrutural, quando são, precisamente, estes factos que provam a sua existência”.

Para “JJ”, caso não existisse o racismo, num País “de mais da metade da população negra, metade dos ocupantes destes cargos, metade dos alunos e professores, metade dos homenageados, seriam negros, mas negros brasileiros”.

E argumenta: “Eu sou um brasileiro naturalizado. Porém, os caminhos que me levaram a entrar numa Universidade brasileira não foram trilhados no Brasil, onde a Educação Básica, Fundamental e o Ensino Médio de qualidade é paga, cara, e quase todos os pobres são negros”, frisando que “pai rico, compra a competitividade do filho”.

Comunidade “amiga e muito qualificada”

Em Vitória, há uma comunidade cabo-verdiana “amiga e muito qualificada”.

“JJ” nunca deu aulas para seus conterrâneos, pois, são de outros cursos.

“Mas, já dei aulas para angolanos e bissau-guineenses. Na UFES, somos quatro conterrâneos professores universitários e doutores, sendo eu, na Engenharia Mecânica; e três na Engenharia Eléctrica. Também temos outro doutor na área Farmacêutica, que é professor numa Faculdade privada”, lista, apontando a existência de “uma quantidade razoável de alunos e de ex-alunos” da

UFES, que lá trabalham.

Formada por umas 20 a 30 pessoas, só na Grande Vitória, o ano de 2020 não foi de muita convivência entre os conterrâneos, devido à quarentena.

“Antes, encontrávamos, com certa frequência, em festas africanas e latinas e/ou nos torneios de Futebol, que ganhamos sempre dos angolanos, guineenses e amigos brasileiros (Risos)”, aponta, acrescentando que, juntamente, também, para ceias de Natal, churrascos ou festas da Independência de cada um dos Países Lusófonos.

A UFES já reconheceu esta forte Comunidade, comemorando, mensalmente, Internacionalização, dedicando, um dia a cada País, com palestras e actividades culturais.

“Começou por Cabo Verde. Na época, um dos nossos conterrâneos, o Prof. Dr. Jair Silva, fazia parte da Secretaria de Relações Internacionais e a nossa Catchupa foi o prato-do-dia, no Restaurante Universitário”, destaca.

“Tentativas fracassadas”

“JJ” está um pouco entristecido, uma vez que, ainda, “não conseguiu muito fazer, para que seus projectos” para o Arquipélago, “deixem de ser só projectos”.

“É muito difícil fazer algo na Área Académica com Cabo Verde. Foram muitas as tentativas fracassadas, de aproveitar recursos de Editais de Fomento Pró-África, que eram anuais, entre 2005 e 2008. Não consegui engajamento

por parte dos professores de lá. Eu tinha desistido”, manifesta, revelando que, após à sua chegada a Vitória, em 2009, em co-parceria com “o conterrâneo e colega Prof. Dr. Jair Silva, que é mais teimoso e insistente que eu”, criaram o grupo NIDA (Núcleo de Inovação Desenvolvimento e Pesquisa Pró-África), que, em 2014, até conseguiu uma Sala na Universidade.

Na sequência, firmou-se, em 2017, um Acordo de Cooperação entre a UFES e a Uni-CV (<https://www.ufes.br/conteudo/ufes-e-universidade-de-cabo-verde-assinam-acordo-de-cooperacao-c3a7c3a3o-acad-c3aamica>).

E pormenoriza: “Este Acordo é para actuações-conjuntas na Área de Ensino, Pesquisa e Inovação Tecnológica. Além de nós dois, integram, também, o NIDA, outros colaboradores e membros, como os nossos conterrâneos Prof. Dr. Hélder Rocha, Prof. Dr. Ezequiel Pereira, entre outros”.

Presentemente, estão “em contactos” com a Universidade Técnica do Atlântico (UA). “Talvez, precisemos de um outro Acordo de Cooperação com esta nova Universidade, uma vez que nossas linhas de Pesquisa são, também, em Áreas Tecnológicas”, salienta.

“Pós-crise é só em 2022”

No prognóstico de “JJ”, 2021 será inteiramente dedicado a um processo paulatino de saída da Pandemia Global de COVID-19, com vista ao retorno ao “novo nor-

mal”, em segurança.

“Pelo que vejo, o Brasil vai ser dos últimos a voltar ao ‘novo normal’. Estamos desgovernados e mergulhados em uma briga ideológica, além de ter, ainda, que lutar para preservar a nossa jovem Democracia, por mais imperfeita que ela seja, no campo racial, económico e social. Estes aspectos são muito menos graves em Cabo Verde, que tem outros problemas, devido à sua forte dependência do Turismo. Mesmo assim, as atitudes tomadas foram as correctas”, argumenta.

Nestes aspectos, argumenta que, quando pensa em alguma crítica em relação a Cabo Verde, este pensamento é freado quando olha para o Brasil.

“Eu nasci num País feito para dar errado, mas está indo, dentro das possibilidades. Moro e sou naturalizado num outro, que foi feito com tudo para dar certo, mas vive mergulhando numa confusão de ideologias, que leva a pequenos avanços e grandes retrocessos”, manifesta, remarcando que, hoje, com quase 52 anos, nascido no Período Colonial, já teve que aprender quatro hinos nacionais e saúdar quatro bandeiras, pelo que, mesmo não sendo adivinho, iluminado, entende que 2021 vai ser de aprimoramento do que “viemos a aprender sobre o trabalho remoto, além de socorro aos mais necessitados e afectados” pela Pandemia.

“Espero que o ser humano tenha aprendido alguma coisa sobre a nossa fragilidade social.

Acredito que o pós-crise é só em 2022. Muito distante para prognósticos”, realça.

“Mais voz à Diáspora”

“JJ” desafia os conterrâneos na Diáspora, a ajudarem “bastante, a divulgar” Cabo Verde, uma vez que “somos duas vezes mais, em número, do que os residentes”.

Aos residentes nas Ilhas, torce para que se dê “mais voz à Diáspora”, neste debate, intitulado: “Pensar Cabo Verde”.

O interlocutor do A NAÇÃO gostaria, também, de ter mais patricios “conscientes da nossa africanidade, apesar das nossas peculiaridades, ter a consciência de que somos fracos em recursos naturais e que a nossa riqueza é, precisamente, os nossos recursos humanos, que podem ser tão criativos, no pensar um futuro inovador” para Cabo Verde.

“Não temos quase nada, além da nossa posição geográfica estratégica. Nem água doce (potável) natural temos o suficiente. Mas temos mar, sol e vento. Sol e vento é energia. Água do mar e energia dá água doce. Já conhecemos muito bem este processo. Água pode ser oportunidade para muitas coisas, inclusive para agrobusiness. Nosso mar é rico. A industrialização permite agregar valor a tudo isso”, argumenta, concluindo que o País tem sido elogiado pela sua governança, nas últimas décadas, o que significa credibilidade internacional, a par de uma das mais bem ranqueadas democracias do Mundo. 



Marciano Moreira

Ensaio

Analizi gramatikal di “CABO VERDE Nos amor, fe i speransa”

N ta ben analiza es lema di MpD di pontu di vista gramatikal, baziadu di zignadamenti na lijslason sobri alfabetu kabuverdianu (Dikretu-lei nº 68/97, di 31-12-1998, i Dikretu-lei nº 8/2009, di 16-03-2009).

Lema supra sta na pajina di MpD na facebook ku es data: 12H29 di 04-01-2021 (konfiri: <https://tinyurl.com/y5q36gqz>). Es lema ta distaka Ulices Correia e Silva ta fla multidon di apoiantis mantenha.

Na pajina di Ulices Correia e Silva na facebook, sta un varianti di es lema: CABO VERDE NÓS AMOR, FE I SPERANSA (konfiri: <https://tinyurl.com/y2q4thyl>). Es varianti sta ku es data: 12H32 di 04-01-2021. Es varianti sta sob forma di moldura (pa fotu di Ulices Correia e Silva). Na post ku es varianti, sta es sujeston: “Atualiza bu fotu di perfil ku es moldura di Ulices Correia e Silva”.

N ta riguzija ku opson di MpD di adota es lema na nos lingua i alfabetu!

Es atitudi ta kontribui pa prumuson di nos lingua i alfabetu. Prumuson di lingua maternu kabuverdianu e un diver konstitusional (konfiri: alinia i) di artigu 7º di Konstituison). N ta louva MpD trokadu es atitudi!

Atitudi di MpD e intilijenti!

Ifetivamenti, sientistas diskubri ma emisferiu serebral direita di pesoas ta muda di kor na functional Magnetic Resonance Imaging ku na Positron Emission Tomography mas txeu ti ki es papiadu na lingua maternu i mas puku ti ki es papiadu na lingua non maternu (1). Emisferiu serebral direita ta lida ku imuson i ta kontrola ladu skerda di nos korpu, inkluidu kurason.

Ku otus palavra, Nelson Mandela staba serto kuandu el fla: “If you talk to a man in a language he understands, that goes to his head. If you talk to him in his language, that goes to his heart.” (“Kuzi ki bu fla un algen na un lingua non maternu, ta ba pa se serebru; kuzi ki bu fla un algen na se lingua mater-

nu, ta ba pa se kurason”) (konfiri: <http://tinyurl.com/pr23m58>).

Purtantu, kenha ki sa ta faze publikidadi o sensibilizason, si el kre maksimiza se efikasias, el debe faze-l na lingua maternu di se publiku alvu!

“nos amor, fe i speransa” e un apos-tu. Trokadu kel li, es parti debaba sta si-paradu di “CABO VERDE” pa virgula o traveson: “CABO VERDE – nos amor, fe i speransa”. Trokadu es mesmu razon, “nos” debaba komesa ku “n” minuskulu.

Uzu di “i” na nves di “y” pa riprizenta konjunson kopulativu ta dexa-m sabi! “i” ta rispeta prinsipiu di univolidadi entri grafema i funema i ta rispeta rikumendason unanimiti di “Meza-rodundu pa avaliason di ALUPEC, 2008”, konsistenti ku nha pruposta (konfiri: <http://tinyurl.com/occuwvn>).

Auzensia di asentus tanbe ta dexa-m sabi! E opson ki N ta difende (konfiri: <http://tinyurl.com/l32to2j>). Asentus debe uzadu pa ivita anbiguidadi o na toponimus i antroponimus ki ka

ta bazia na substantivus kumun. Na kes otu kazu normalmenti e txobe na modjadu.

Varianti pa moldura di fotu di perfil di facebookianu ta traze asentu agudu na “nos” (NÓS AMOR, FE I SPERANSA). Sta eradu, pois “o” di palavra “nos” ka e abertu na ninhun varianti di nos lingua. I asentua “nos” sen asentua “fe” ta rivela inkonsistensia na asentuas. Trokadu tudu kel li, N ta sujeri MpD pa tra asentu di palavra “nos”.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferrera

(1) Konfiri: Kim K, Relkin N, Lee K, Hirsch J (1997) Distinct cortical areas associated with native and second languages. Nature 388:171-174 - sitadu pa Dotoradu na Sociolinguistika Stephen (Stébu) Graham na konferensia “Língua y Saúdi Mental” ki el da Asosiasion “A Ponte” na 04-10-2010.



Faustino Vicente *

Natal, validade temporária

Presenciamos uma cena num supermercado que nos levou a uma reflexão sobre a validade temporária do espírito natalino. Estávamos na fila de um caixa e na nossa frente um garoto que, ao pedir que lhe desse dinheiro para pagar o pacote de açúcar e de café, que trazia nas mãos, teve a sua iniciativa bruscamente interrompida.

Ato contínuo, ao seu pedido, surgiu um segurança bem trajado, boa aparência pessoal e avantajada compleição física que, inclinando-se para o garoto, disparou a seguinte frase: “você tem trinta segundos para cair fora da loja...29,28,27...”. Assustado, o garoto largou as mercadorias e saiu em disparada.

Essa foi a constrangedora cena protagonizada por um garoto pobre e um segurança despreparado profissionalmente. No exato momento nos veio a mente o pensamento do pacifista indiano Mahatma Gandhi (1869-1948), que dizia – “a pobreza é a mais cruel das violências”.

Mesmo que o garoto estivesse simulando uma eventual compra, apenas para comover as pessoas a lhe dar dinheiro, a orientação da empresa poderia

ser outra. Acreditamos que o segurança agiu por pura ignorância, que o dicionário conceitua como: “Ausência de conhecimento, falta de saber, condição de quem não é instruído. Estado de quem ignora ou desconhece alguma coisa, não tem conhecimento dela.”

Foi exatamente o que o funcionário demonstrou não ter, conhecimento dos mais elementares princípios de respeito ao ser humano, de cidadania e da essência dos programas de responsabilidade social, cujos resultados têm sido eficazes. Cabe as empresas capacitar à todos os seus dirigentes e funcionários, á dar soluções adequadas à cada uma das situações similares a presenciada por nós.

A inadequada atitude do segurança pode ter incentivado no garoto o espírito de revolta contra a sociedade.

Participar de ONGs, como voluntário em projetos de responsabilidade social do Terceiro Setor, é uma das formas disponíveis para a redução da cruel desigualdade social existente hoje no mundo. Será no relacionamento interpessoal do dia-a-dia que vamos revelar se, realmente, estamos exercitando

o mais nobre dos sentimentos - o amor ao próximo.

Na família, na escola, no trabalho e nas nossas atividades recreativas, esportivas e sociais temos inúmeras oportunidades de demonstrar a nossa responsabilidade social (individual) tratando as pessoas como gostamos de ser tratados - como seres humanos.

Cabe ao Primeiro Setor – poder público – a responsabilidade maior de diminuir o abismo existente entre a ilha de ricos e o oceano de pobres, desenvolvendo políticas públicas que levem educação e saúde de excelente qualidade à todos os cidadãos. A elevadíssima carga tributária e as altíssimas taxas de juros bancários, embutidas nos preços dos produtos, são os mais vorazes predadores do poder aquisitivo das pessoas assalariadas.

O Segundo Setor – iniciativa privada – tem, na manutenção de um clima organizacional prazeroso, a oportunidade de demonstrar o seu respeito aos funcionários através do estilo de liderança compartilhada, programas de incentivos motivacionais, sistema de comunicação interativa, oportunidades

de carreiras e salários compatíveis com a função. O comportamento ético da classe empresarial poderá minar o mais poderoso império do planeta – o Quarto Setor.

O “faturamento” das atividades da chamada - informalidade – representa o maior “PIB” do mundo. O tão famigerado CD pirata é apenas a ponta do iceberg de uma gigantesca “nuvem” financeira que gravita em torno da terra semeando desemprego informal, sonegação de impostos e operações comerciais com elevado grau de ilicitude.

A cena de discriminação ocorrida no supermercado nos leva à concluir que Albert Einstein (1879-1955) tinha razão: “é mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito.”

A nossa esperança é que, a (curta) temporada de espírito natalino em dezembro, agregue valores não materiais ao nosso cotidiano.

* Faustino Vicente – Consultor de Empresas e de Órgãos Públicos, Professor e Advogado - e-mail: faustino.vicente@uol.com.br - Jundiá (Terra da Uva) – São Paulo - Brasil

Prato cheio

Modje de cabrito com xerém

Ingredientes

- 1 kg cabrito
- 2 cebolas
- 1 pimento
- 5 dentes de alho
- 1 ramo de coentro
- 3 grãos de malagueta
- Folha de louro q.b
- Azeite q.b, Sal q.b
- ½ kg banana verde
- ½ kg mandioca
- ½ kg batata inglesa
- ½ kg inhame

Modo de preparação

Corta a carne em pedaços e tempera com alho, azeite, louro e sal. A seguir, pica as cebolas e os pimentos aos cubinhos e, juntamente com o azeite, leva ao lume num tacho. Deixa alourar, acrescenta a carne para estufar. Quando a carne estiver quase cozida, acrescenta as verduras, cortadas aos cubos e ajusta a água. Espe-

ra levantar fervura e acrescenta os coentros e malaguetas e deixa apurar em lume brando. Para acompanhar, numa outra panela com azeite, doure cebola, alho e pimento. Acrescenta a água, sal e a folha de louro. Quando a água ferver, adiciona a farinha e deixa cozer ao lume brando, mexendo de vez em quando.



Caça-palavras

O Q U Z G S T X P M M G C V R G Q Z O Z
 Q I V R X I H P A H A F G M F R M D Z H
 P T R A N S P A R Ê N C I A E C M D J B
 A I T Á K T E F T C S M B S D N V D E G
 L E D A D R E B I L D B P H A P Y V K E
 Z Y T Q I I P T C T V O Z J D V F H H S
 U F U U D R T A I C N Â R E L O T K S L
 A R F L X T F R P S X D E Y A K A E Q H
 D R M U P L U R A L I S M O U R O F R X
 Q O G S X W D B C P U W U A G C G B Q R
 J Y U E Y X I T A X I M V W I E A K T S
 T D V A R L I X O S O T I E R I D Z F L
 L Z S S I Q Y P W Y Y C L I Z T C L L W
 H F J D V Q X Q L V G E U U R M U A L X
 M L A A T J Q H Q U I P Y S M M O X G O
 L D G O Z M O U Z O I P N I B O Q H P B
 E X E W L H W T F Z D E R W Y L T Y Z C
 D B B P M Z O L C R D W R U N B M J Z J
 Q Y M I P V T A E M V T K N Q Z C M A L
 F E A J U H E M B D H O Q L N R F Y H R

Encontre dez palavras que remetem à democracia

SOLUÇÕES:

LIBERDADE
 PARTICIPAÇÃO
 PLURALISMO
 ELEIÇÕES
 TOLERÂNCIA
 IGUALDADE
 TRANSPARÊNCIA
 DIREITOS
 MULTIPARTIDÁRIO
 RESPONSABILIDADE

Anedotas

Segunda-feira:

Joãozinho chega atrasado à escola. Quando entra na sala de aula, a professora pergunta:

- De novo atrasado, Joãozinho?
- Ué professora! Não é a senhora que diz que nunca é tarde para aprender?

Terça-feira:

Mais uma vez, Joãozinho chega atrasado à escola.

- O que houve desta vez, Joãozinho?
- Fui atacado por um Pit-bull no caminho da escola, professora!
- Nossa! Está tudo bem? Ele mordeu você?
- Morder ele não mordeu. Mas comeu toda a lição de casa.

Talento

Ruth Duarte, 26 anos, apaixonada pelo futebol e amante da actividade física. O talento - ou o dom, como prefere caracterizar a sua aptidão pela bola -, saltou aos olhos de quem a via jogar enquanto ainda era criança. Segundo conta, começou a jogar futsal entre os rapazes da sua zona, em São Nicolau, sua terra natal, ainda pequena. E foram eles que lhe ensinaram os primeiros “toques” de bola.

Em São Vicente, onde se mudou por volta dos seus 12 anos, destacou-se nos torneios escolares e, mais tarde, nas inter-universidades. “Ainda frequentava o 12º ano do liceu quando surgiu o primeiro

convite para jogar no Mindelenses. Entretanto, no início eu só queria treinar, sem vínculo com a equipa”, recorda.

Após uma interrupção de dois anos, período em que esteve de volta a São Nicolau, Ruth retornou a São Vicente e integrou a equipa federada do Mindelenses, onde está há cinco anos e já ganhou quatro campeonatos regionais.

Aliás, foi nesta equipa que a jovem teve o primeiro contacto com o futebol de 11. Atleta versátil, já passou por várias posições no campo. Começou como lateral, passou pelo meio campo e hoje sente-se realizada em jogar como ala.

Para além do relvado, Ruth já se aventurou no futebol de praia, ao integrar a seleção de Cabo Verde nos Jogos Africanos de Praia – Sal 2019, de onde trouxe a medalha de ouro.

A atleta também já levou o nome de Cabo Verde além-fronteiras, em jogos em Qatar (2019) e Serra Leoa (2020).

Além do futebol, Ruth é uma amante da actividade física no geral. Frequenta o quarto ano do curso de Educação Física e trabalha como personal trainer. Mais de uma dezena de medalhas e várias taças refletem momentos altos do seu percurso enquanto atleta.



AGENDA CULTURAL

Semana da República marcada por novos desafios

Este ano, a Semana da República - de 13 a 20 de Janeiro - , coincide com o término do mandato do Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, e vai ser assinalada “de olhos postos” na problemática da Covid-19. “Os Desafios Globais da Pandemia da covid-19” e “O processo de construção da democracia em África” são os assuntos a abordar.

Segundo a Inforpress, a décima e última edição da Semana da República inicia na quarta-feira, 13, com o discurso do Presidente da República, na Sessão Solene comemorativa do Dia da Liberdade e da Democracia, na Assembleia Nacional.

Na quinta-feira, 14, pelas 17 horas, Jorge Carlos Fonseca inaugura a exposição infográfica sobre a história das nove edições da Semana da República de 2012-2020.

Já na sexta-feira, 15, à mesma hora, e dando continuidade à programação, acontece no Palácio do Platô, a primeira conferência: “Os desafios globais da pandemia da covid-19”, dividida nos subtemas pandemia, liberdade e inclusão social, cujo orador é historiador e fundador do Livre



(partido português), Rui Tavares.

Durante a primeira conferência, a ser moderada pelo professor universitário Carlos Carvalho, vai ser debatido ainda a pandemia e desenvolvimento socioeconómico: o caso de Cabo Verde, a pandemia e o ensino: Impactos e desafios da transição digital.

Para o segundo dia da conferência, terça-feira, 19, às 17 horas, no mesmo local, será debatido “O processo de construção da democracia em África”, moderado pela jornalista Maria de Jesus Lobo.

Na decorrência do segundo dia de palestra, o exercício do poder e a constituição em África, a democracia cabo-verdiana: ameaças e desafios, a comunicação social e as redes sociais na consolidação da democracia, fazem parte, também, da lista dos subtemas a serem debatidos.

A programação da Semana da República termina na quarta-feira, 20, com um concerto musical às 18 horas, no Palácio da Presidência da República. Os artistas convidados serão Manel di Candinho, Kaku Alves, entre outros.

Outras iniciativas para assinalar 13 de Janeiro

Tendo em conta que as actividades comemorativas de 13 e 20 de Janeiro ultrapassam as fronteiras da Presidência da República, outras entidades, nomeadamente, as autarquias, realizam também actividades para assinalar, sobretudo o Dia da Liberdade e da Democracia.

Na Praia, a Câmara Municipal realiza na manhã de 13 de Janeiro, a 13.ª edição da “Corrida Da Liberdade”, em parceria com a

Federação Caboverdiana de Atletismo, o Instituto do Desporto e Juventude (IDJ) entre outros. Tendo em conta a pandemia, este ano, serão cerca de 200 atletas no certame para o cumprimento dos protocolos de segurança e higienização.

Em Santa Cruz, a Câmara Municipal realiza uma conversa aberta sob o tema “restrições e liberdades culturais em Cabo Verde, nas três etapas da sua história, Colonialismo 1460 a 1975, Monopartidarismo 1975 a 1990, e Pluripartidarismo 1990 a 2020, animada pelo antropólogo Martinho de Brito, no Salão Nobre do Paço do Concelho no dia 13 às 10H00.

Já em Santa Catarina, o 13 de Janeiro vai ser assinalado com um acto público sob o lema “30 Anos de Liberdade, Democracia e Desenvolvimento: Ganhos e Desafios” na Praça Central de Assomada, pelas 16 horas.

No Tarrafal de Santiago, “Fidjus di Sto Amaro Praia” realizam “Conversa Aberta - Visão, Perspectiva e Significado de 13 e 15 de Janeiro” para os tarrafalenses e interessados para assinalar o 13 de Janeiro e Dia do Município de Tarrafal -15 de Janeiro.

Acontece

- Os agentes culturais a nível nacional vão manifestar nesta quinta-feira, 14, e exigir alternativas para o sector da cultura “cancelado” desde Março de 2020.



- Lançamento do livro “Contos Crepusculares – Metamorfoses” de Vera Duarte, na Biblioteca Nacional, quinta-feira, 14, às 17H00.



- Abertura da exposição de pintura “Konexon” de Tutu Sousa, Hélder Cardoso e Sidney Cerqueira, no Centro Cultural de Cabo Verde em Lisboa, 15 de Janeiro.



- Ineida Moniz no Quintal da Música, sábado, 19, às 21H00.



Aconteceu...



- Grupo de batuco “Tradison de Terra”, no Quintal da Música, terça-feira, 12.



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



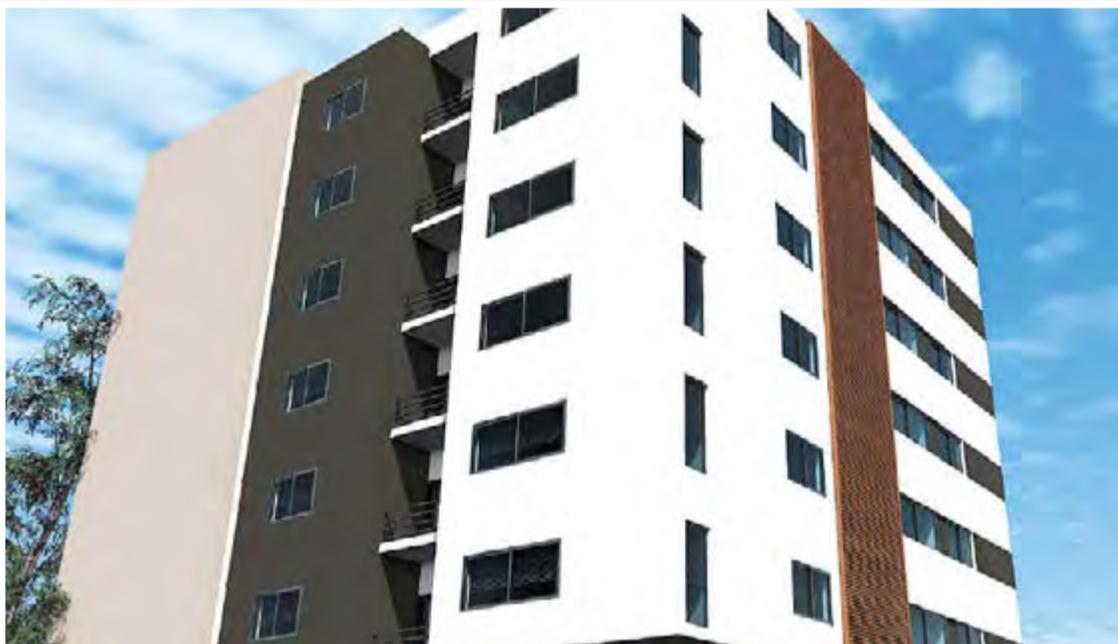
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

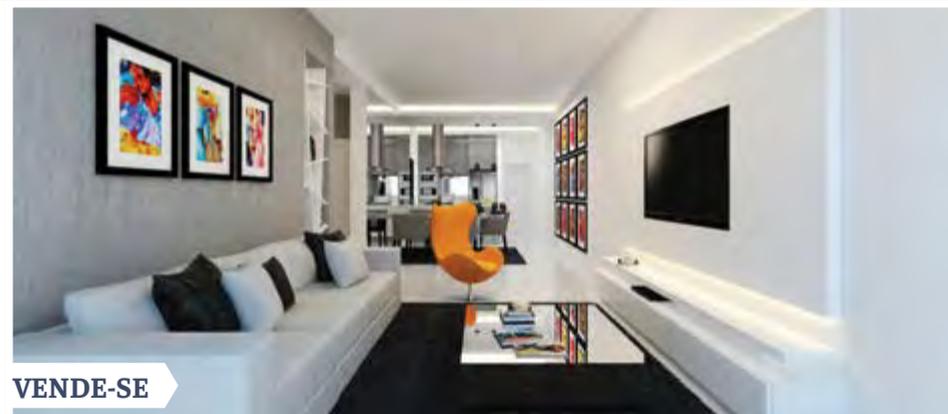
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H.Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

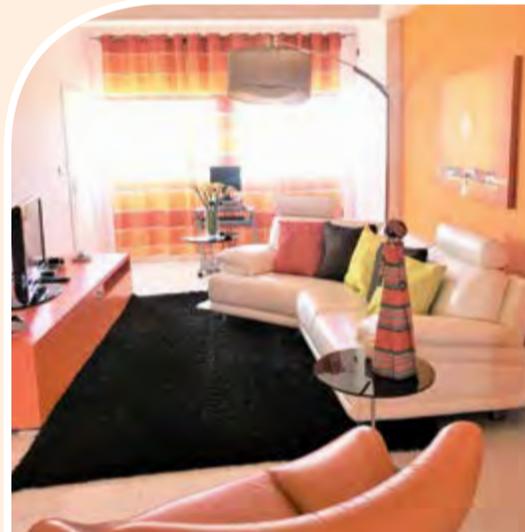
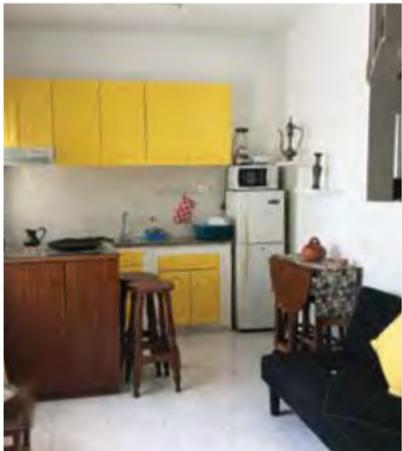
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

Classificados



ANÚNCIO DE CONCURSO

No quadro do projeto Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP e Timor Leste (Pro PALOP-TL ISC (FASE II)), o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do presente anúncio, faz saber que se encontra aberto Concursos (consultoria nacional) destinado à:

1. Elaboração do Manual de Auditoria aos Procedimentos de Contratação Pública (e-Procurement) - **RFP/01/2021**;
2. Avaliação do Plano Estratégico da ARAP 2015-2019 bem como elaboração do novo Plano Estratégico da ARAP 2021-2025 - **RFP/02/2021**;

Os interessados deverão consultar o Request for Proposal (RFP), e os termos de referência da consultoria publicados no site da Nações Unidas em Cabo Verde: <https://cabo Verde.un.org/pt/jobs>, secção empregos.

As empresas deverão apresentar as suas propostas de candidatura até às **15:00Hrs do dia 28 de Janeiro de 2021**. Ver condições de apresentação no *Request for Proposal - Description of Requirements*.

Contacto para pedido de esclarecimento: humanresources.cv@cv.jo.un.org

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentem as condições mínimas estipuladas nos termos de referência.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo
Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo
Telefone Nº.22.13.50/516.23.25 - Email: tjcportonovo.sapo.cv

ANÚNCIO JUDICIAL

Processo: **Acção Declarativa de Simples Apreciação Positiva, com Processo Comum Ordinário, registados sob o nº10/2020-2021.**

Autora: **ANA MARIA LEITE JARDIM LIMA**, residente em Porto Novo Santo Antão.

Réu(s): **HERDEIROS DE ANTÓNIO DELGADO JARDIM e INTERESSADOS INCERTOS.**

***0**

FAZ SABER que, que processo e Tribunal acima identificados, são por este meio **citados os interessados Incertos** para, para, no prazo de **20 (VINTE DIAS)**, que começa a correr depois de lida a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do anúncio respetivo, querendo, os autos acima identificados, que lhes é movido neste Juízo pela Autora acima identificada, cujo pedido consiste em ser reconhecida a Autora o seu direito de propriedade sobre o **Prédio Rustico de Regadio e Sequeiro, sito em Cavouco de Silva de Ribeira das Patas**, antes inscrito na Matriz Predial Urbana sob o nº.15440, em nome do Pai António Delgado Jardim, agora inscrito em nome da Autora, medindo 131701 metros quadrados, com as seguintes confrontações:

Norte com Joaquim João Lopes; **Sul** com Antónbio Denato Fortes; **Este** com Ribeira de Cavouco de Silva e **Oeste** com Lombo de Chã de Alecrim, declarando-a única proprietária do mesmo e autorizando a sua primeira inscrição no Registo Predial em seu nome.

Faz **ainda saber** de que é obrigatória a constituição de advogado, que deverão pagar o preparo inicial no prazo de cinco dias, caso contestarem, sob pena de, não o fazendo, ser notificado para paga-lo acrescido da taxa de justiça o dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para à sua cobrança coerciva e de que goza da faculdade de requerer a OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde) o benefício da assistência judiciária. podendo ser contactada via telefone ou fax - (Delegação da OAVC de S. Vicente tel. Nr.2312819 e fax nr.2322772).

Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo, 18 de Dezembro de 2020.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO

Juízo CÍVEL

= ANÚNCIO =

REG. Nº 10/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Divórcio Litigioso, registado sob o nº 82/2020, movido pelo autor **VENÂNCIO DE PINA**, maior de idade, casado, cidadão português por naturalização, natural de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residente em Mira Mira, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. UBALDO LOPES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra A RÉ **FRANCISCA FERNANDES MONTEIRO**, trabalhadora, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, nascida em 23/05/1978, filha de António Santos Monteiro e de Maria de Lourdes Fernandes, residente em Av. Arsenal Alfiete nº 61 39 Direito C. Postal 2110-027, Alameda - Portugal.

É CITADA A RÉ, com as seguintes advertências legais:

a). Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, para contestar, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelo autor pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado. b). De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação (art. 489º do CPC);

c). De que com a contestação o réu deve

oferecer o rol das testemunhas (art. 794º/2 do CPC);

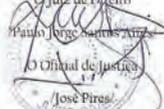
d).. De que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pela autora (art. 490º do CPC) e condenação imediata no pedido (art. 795º do CPC), ressalvadas as exceções legais;

e). De que é obrigatória a constituição de advogado (art. 32º "a contrário" do CPC);

f) De que caso contestar a acção, deverá pagar o preparo inicial dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (arts. 58º, 61º e 66º do CCJ);

g). De que tem a faculdade de requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 28 de Dezembro de 2020.



S. Filipe fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338/74 - Fax #(0238)2872829 - Cabo Verde



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo Cível

Alto Igreja, Caixa Postal 125
Telf/fax n.º 2412045

ANÚNCIO

Autos: Ação Especial (justificação da qualidade de herdeiros), nº 49/20-21. -

Requerentes: Kim Pereira de Brito e Alan Pereira de Brito, menores de idade, representada pela Sr.ª Petra Nováková de Brito natural da República Checa, portadora do Cartão Nacional de Identificação nº 19821212F008R, NIF 158012500, residente no Sal. -

Requeridos: Interessados incertos.

FAZ-SE SABER que, nos autos e Tribunal acima indicados, correm éditos de **vinte dias**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os interessados incertos para nos **vinte dias posteriores** ao termo do prazo dos éditos, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual

ao daquele (s) requerente (s), a sua habilitação como herdeiros ou representantes do falecido Gidson Luís Pereira de Brito, que foi casado, filho de Luís Crispiano de Brito e de Joana Gertrudes Pereira Chantre natural da Freguesia de Nª Sª da Luz, Concelho de São Vicente, com última residência em Santa Maria/Sal. -Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial desta Comarca, 21 de Dezembro de 2020.





EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.

ANÚNCIO DE CONCURSO

Concurso Público Internacional – Aquisição de bens móveis – Viaturas de combate a incêndio

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 002/ASA/DFA/2021 AQUISIÇÃO DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIOS PARA O AEROPORTO DA PRAIA

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, com sede no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, CP nº 58, NIF 200166972, tel.: nº +238 2419200, Fax nº +238 2412487, endereço eletrónico: dfa.compras@asa.cv.

2. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

Conselho de Administração da ASA, S.A.

3. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO

Direção Financeira e Administrativa – Núcleo de Compras, da ASA, S.A.

4. FINANCIAMENTO

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste procedimento correrão por conta de recursos próprios, consignados no orçamento da ASA, S.A.

5. OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso tem por objeto a aquisição de 2 (duas) Viaturas de Combate a incêndio para o Aeroporto da Praia, de acordo com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O local da execução do contrato será nas instalações da ASA no Aeroporto Internacional da Praia – Nelson Mandela, Ilha de Santiago.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O contrato tem a sua vigência até a data de entrega integral dos bens objeto do contrato, consoante o prazo de entrega apresentado na proposta vencedora.

8. OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO

As peças do procedimento encontram-se disponíveis para fornecimento através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>.

As peças do procedimento encontram-se patentes para consulta no serviço de atendimento ao público da ASA, na morada indicada no ponto 1, entre as 08:00 horas e as 16:00 horas, apenas em dias úteis, bem como no endereço eletrónico da ASA, <https://www.asa.cv> (Campo: ASA - Publicações e Artigos).

9. REQUISITOS DE ADMISSÃO

Podem ser admitidas todas as empresas nacionais e internacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser submetidas exclusivamente através do endereço do correio eletrónico dfa.compras@asa.cv, não sendo consideradas as propostas que cheguem depois de expirado o prazo fixado para a sua apresentação e sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.

Os ficheiros que constituem a proposta devem ser encriptados, devendo os concorrentes disponibilizar a chave de descriptação aos membros do júri no ato público de abertura das propostas, de modo a salvaguardar a confidencialidade e integridade das mesmas.

O conjunto de ficheiros enviados como anexos ao email dfa.compras@asa.cv, não deve exceder os 10 MB. No caso de a proposta exceder o limite de 10 MB, o envio poderá ser feito através de uma plataforma eletrónica criada pela entidade adjudicante para efeito de disponibilização das propostas por parte dos concorrentes.

A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes, pelo e-mail referido no ponto anterior, um recibo comprovativo dessa receção.

11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua Portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

12. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, até às 12h00 do dia 24 de Fevereiro de 2021.

13. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data limite para a sua entrega. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requerem em contrário.

14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com a metodologia de avaliação constante do Anexo III ao Programa do Concurso.

15. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não.

16. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>, ou pelo endereço eletrónico dfa.compras@asa.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, até às 16:00 horas do fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço postal, ou de correio eletrónico indicados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

17. ATO PÚBLICO

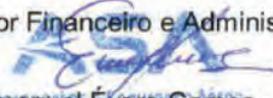
Considerando o contexto da pandemia Covid-19, e em atendimento às recomendações das entidades governamentais, o ato público de abertura das propostas realizar-se-á às 09:00 horas do dia 25 de Fevereiro de 2021, por VIDEOCONFERÊNCIA, através do Microsoft teams, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

18. LEI APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO

- Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de Abril – Código de Contratação Pública;
- Diretiva da ARAP Nº 02/2020, de 16 de Julho – Procedimento da Contratação Pública - Entrega de Candidaturas e Realização de Ato Público - Medidas especiais de prevenção da propagação da pandemia de Covid19.

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, Ilha do Sal, 12 de Janeiro de 2021

O Director Financeiro e Administrativo


- Emanuel Évora Gomes -



ANÚNCIO DE CONCURSO ALIENAÇÃO DAS VIATURAS DOS CORREIOS DE CABO VERDE (CCV)

MODALIDADE e CONDIÇÕES:

- Modalidade: Concurso Público
- Carta fechada dirigida ao Presidente do Júri;
- Indicações internas da Carta fechada:
 - Valor da proposta (único, em algarismos e em extensão);
 - Referência da viatura (marca e matrícula);
 - Nome completo, endereço e telefone (fixo e/ou móvel) do proponente ou qualquer outra informação para eventuais contatos após abertura dos envelopes;
- Indicações externas da Carta fechada:
 - Não será permitida a indicação do nome do proponente no envelope;
 - Não será permitida a indicação de quaisquer valores no envelope;
 - O envelope que contém a proposta deve ser endereçado do seguinte modo:
Presidente do Júri - Concurso Alienação de viaturas dos Correios de Cabo Verde (CCV)
Rua Cesário de Lacerda nº2, CP92 CCV - Praia, Santiago;
 - O envelope deve trazer a indicação da viatura pretendida (marca e matrícula), no canto superior esquerdo.
- As propostas devem ser entregues na Sede dos CCV, num prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da publicação deste anúncio e serão abertas em ato público na Sede dos CCV, pelas 10h00 do primeiro dia útil que sucede o término do prazo fixado para a entrega das mesmas;
- Reserva-se aos CCV a possibilidade de não alienar a viatura, se a melhor proposta ficar abaixo do valor mínimo aceitável;
- O proponente selecionado deverá efetuar o pagamento integral, através de depósito bancário ou transferência para a conta dos CCV no prazo de 5 dias úteis após a publicação do resultado e confirmação do proponente. Expirando esse prazo, será validada a maior oferta seguinte e assim sucessivamente mas nunca abaixo do valor mínimo aceitável;
- Caso for identificado propostas coincidentes em termos de valores, far-se-á no prazo de dois dias úteis subsequentes, o desempate com novas propostas de acordo com o preceituado no nº 2;
- As viaturas poderão ser previamente avaliadas pelos proponentes, nos dias normais de expediente, das 10h00 às 15h00, a partir do dia 11 de janeiro de 2021, nos locais indicados, mediante marcação prévia através dos seguintes contatos: telefone 260 60 89 / 987 38 98/ 800 10 09 e e-mail de agendamento@correios.cv.
- As viaturas serão vendidas no estado atual em que se encontra e não serão aceites quaisquer reclamações e devolução após a venda.
- No quadro que se segue, as viaturas serão entregues nesses mesmos locais e não sendo permitidas a "posteriori", quaisquer reivindicações do seu estado físico e/ou de conservação.

PARQUE DAS VIATURAS DOS CCV – Janeiro de 2021

CARROS PARA ALIENAÇÃO							
TIPO DE VIATURAS	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL e Km	MATRÍCULA	ANO DE AQUISIÇÃO	QUANT	LOCAL/LOJA AFETO
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (145.350km)	ST-43-EB	1999	1	Porto Novo
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (150.469Km)	ST-48-EB	1999	1	Rª Grande de S. A.
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (138.154km)	SV-42-EB	1999	1	Mindelo
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (59.000Km)	ST-46-EB	1999	1	Rª Brava
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (121.904Km)	ST-44-EB	1999	1	Assomada
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (283.091Km)	ST-54-JB	2005	1	Plateau (Sede)
Carro	Toyota	Hilux	Gasóleo (118.113km)	ST-45-EB	1999	1	Tarrafal de S.T.
Carro	Ford	Transit	Gasóleo (115.453Km).	ST-98-OQ	2012	1	CTC - Praia
Carro	Toyota	Hiace	Gasóleo (346.623km)	ST-59-LF	2008	1	CTC - Praia
Carro	Toyota	Hiace	Gasóleo (347.570Km)	SV-91-CN	2005	1	Mindelo
Carro	VW	Tiguan	Gasolina (81.529km)	ST-05-ND	2010	1	Plateau (Sede)
Carro	VW	Tiguan	Gasolina (78.644km)	ST-04-ND	2010	1	Plateau (Sede)

Correios de Cabo Verde (CCV), 08 de Janeiro de 2021



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia nove de julho de dois mil e vinte, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número A/69, a folhas 86Vº, a habilitação de herdeiros, por óbito de **JOSÉ MANUEL NEVES**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente - Cabo Verde, no estado de casado com Alexandrina do Rosário Silva Neves, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, falecido no dia vinte e sete de dezembro de dois mil, no Hospital Doutor Batista de Sousa, na referida freguesia, concelho e ilha, onde teve a sua última residência habitual, em Ribeira Bote, São Vicente. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foi declarado, como herdeiros legítimos, os seus filhos: **a) Edson José Silva Neves**, a data do óbito solteiro, menor, atualmente maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Itália; **b) Lisa Silva Neves**, a data do óbito solteira, menor, atualmente maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, conce-

lho e ilha de São Vicente, residente em Alemanha; **c) Albertina Santos Neves**, a data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro, São Tomé, de nacionalidade cabo-verdiana, residente nesta cidade do Mindelo; **d) Hirondina dos Santos Neves**, a data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro, São Tomé, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Itália.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e vinte.

CONTA: Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 250791 Conta 202100213

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo-SV- Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação - 232 63 77 / Telefone Secretaria - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@rni.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº50 – 1ª Série, que no dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número E/68, a folhas 97 A 97vº, a habilitação de herdeiros, por óbito de **SIMÃO MANUEL MORAIS**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, de dupla nacionalidade, cabo verdiana e Portuguesa, no estado de solteiro. Falecido no dia vinte e um de junho de dois mil e vinte, num domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente - Cabo Verde, onde teve a sua última residência habitual em Monte Sossego, São Vicente. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foram declarados, como herdeiro legítimo, o seu filho: **a) - Luís Picoteiro**

Moraes, á data do óbito casado com Maria Auxilia Fortes Lopes, sob o regime de bens de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em França.

Mais se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e vinte.

CONTA: Art.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº250767 Conta 202100205

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE SÃO VICENTE Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo - SV- Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação -232-6717 / Telefone Secretaria - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@rni.gov.cv)



Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA

SOCIEDADE DESENVOLVIMENTO TURISTICO
DAS ILHAS DE BOA VISTA E MAIO

Anúncio de Concurso Público Nacional nº 012021

Empreitada de Execução da Rede de “Interligação/Bombagem da Rede Saneamento Sal Rei a ETAR Chaves, Rede Água de Bofareira e de Estância Baixo, na ilha da Boa Vista. – Lotes 1, 2 e 3

1. Entidade Adjudicante.

A entidade adjudicante é a Sociedade De Desenvolvimento Turístico Das ilhas de Boa Vista e Maio - sede em Sal Rei, telefone +238 251 9200.

2. Órgão competente para autorizar despesa.

A decisão de contratar foi deliberada pelo Conselho de Administração

3. Órgão competente para contratar e Entidade responsável pela condução do procedimento.

Sociedade De Desenvolvimento Turístico Das ilhas de Boa Vista e Maio - sede em Sal Rei, telefone +238 251 9200.

4. Entidade financiadora:

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pela Sociedade De Desenvolvimento Turístico Das ilhas de Boa Vista e Maio

5. Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto a Empreitada de Execução de Redes Hidrosanitárias na ilha da Boa Vista, repartida em três lotes e da seguinte forma:

a) **Lote 1:** Construção da Rede de “Interligação/Bombagem da Rede Saneamento Sal Rei – ETAR Chaves, (doravante “Lote 1”), corresponde a elaboração do projeto e execução da empreitada de uma rede de impulsão para a integração das infraestruturas de saneamento de Sal Rei á Chaves.

b) **Lote 2:** Fornecimento de Água potável Ao Povoado Bofareira, (doravante “Lote2”), corresponde a execução de uma conduta para impulsionar o caudal necessário de água potável da estação de bombagem até o centro da Bofareira e ao reservatório a concluir, existente na localidade.

c) **Lote 3:** Fornecimento de Água Potável Ao Povoado Estância Baixo, (doravante “Lote3”), corresponde a execução de uma conduta para impulsionar o caudal necessário de água potável da estação de bombagem até o centro da Estância Baixo e ao reservatório elevado a construir.

6. Local da execução do contrato.

Ilha da Boa Vista.

7. Obtenção e custo dos documentos do concurso:

Os documentos do concurso podem ser obtidos, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 8.00 horas e as 15.30 horas, pelo valor de 30.000ECV (Trinta Mil Escudos CV)

8. Requisitos de admissão:

Os concorrentes devem ser titulares de Alvará compatível com o valor e especificidade dos trabalhos que constituem a proposta;

9. Modo de apresentação das propostas.

As propostas serão apresentadas de acordo com o estabelecido no Programa de Concurso / Caderno de Encargos. As propostas e os demais documentos deverão ser redigidos em Português.

10. Visita obrigatória.

Uma visita obrigatória será realizada no dia 22.01.2021, com concentração junto a Sociedade De Desenvolvimento Turístico Das ilhas de Boa Vista e Maio, Cidade de Sal Rei – Boa Vista., em Sal Rei, pelas 10.00 horas.

11. Entrega de propostas.

As Propostas deverão ser entregues até as 12h00 do dia 20.02.2020, na sala de reuniões da Sociedade De Desenvolvimento Turístico Das ilhas de Boa Vista e Maio, Cidade de Sal Rei – Boa Vista.

12. Prazo para manutenção das propostas.

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de abertura das mesmas, devendo ser prestada caução para garantia da manutenção das propostas, no valor correspondente a 500.000 ECV (Quinhentos mil escudos CV).

13. Critérios de adjudicação

O critério de adjudicação é o da “proposta economicamente mais vantajosa”, de acordo com os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.

14. Ato público de abertura das propostas técnicas e financeiras

O ato público de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, as 12h15 do dia 20.02.2020, na sala de reuniões da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio.

15. Lei aplicável ao procedimento

Aplica-se o Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Boa Vista, 11 de Janeiro de 2021.

O Presidente da SDTIBM



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **trinta frente e verso**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Alberto Semedo**, falecido em vinte de Março de dois mil e sete, em Mato Sancho, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de divorciado. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: - **a) Felisberto Gomes Semedo; b) - Edmilson Gomes Semedo; c) – Lucineia Gomes Semedo**, estes solteiros, maiores, residentes em Portugal; **d) - Claudina Gomes Semedo**, casada com Fernando Monteiro Gomes, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Suí-

ça. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Alberto Semedo**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezassete de dezembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4163/2020

A Notária por Substituição
Jandira dos Santos Cardoso Vieira
3ª Catarina

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretaria 6933/ email Notaria: jandira.vieira@mi.gov CV)



Ministério da Agricultura
e Ambiente



Programme CVE/082
Programme d'Appui au Secteur de l'Eau et de
l'Assainissement - PASEA

AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/082•20 3639

TITRE : Acquisition d'équipements pour la mise en œuvre d'une zone de mesure contrôlée dans le quartier Queimada Guincho dans la localité de Mosteiros – île de Fogo (Biens)

dans le cadre du Programme CVE/082 financé sur des ressources des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de l'Agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement (Lux-Development), pour le compte du programme CVE/082 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. Identification et financement du Programme

- a) Intitulé : CVE/082 Programme d'Appui au Secteur de l'Eau et de l'Assainissement - PASEA
b) Source de financement : Le Gouvernement de la République du Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n°CVE/082 du 02 juin 2016
c) Situation du financement : Approuvé

2. Identification du Marché

- a) Type de Marché : Biens
b) Objet : Acquisition d'équipements pour la mise en œuvre d'une zone de mesure contrôlée dans le quartier Queimada Guincho dans la localité de Mosteiros – île de Fogo

- c) Numéro : CVE/082•20 3639
d) Nombre de lots : 1
e) Groupement de lots : N/A

3. Critères d'éligibilité et d'évaluation

- a) Origine : pas de restriction
b) Éligibilité : les entreprises qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale
c) Évaluation : l'offre administrativement conforme et techniquement substantiellement conforme la moins disante sera déclarée attributaire
d) Variantes : aucune variante ne sera prise en compte

4. Lieux et délais

- a) Localisation du Programme : Cabo Verde - île de Santiago - Praia
b) Conditions et lieu de livraison : Incoterm DDP bureau de AGUABRAVA – São Filipe, île de Fogo, Cabo Verde
c) Délai d'exécution du Marché : 4 mois
d) Délai de validité des offres : 90 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. Définitions

- a) Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
b) Autorité contractante : Lux-Development
c) Bénéficiaire : AGUABRAVA S.A.
d) Superviseur : Luca Bernasconi, ATI Programme CVE/082
e) Bailleur de Fonds : Grand-Duché de Luxembourg
f) Représentant du Bailleur de Fonds : Lux-Development

6. Dossier d'Appel d'Offres (DAO)

- a) Type : appel d'offres ouvert, à prix unitaires fermes et non révisables

- b) Conditions d'acquisition : le DAO peut être acquis, par email:

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c ines.pereira@luxdev.lu

- c) Notifications et communications écrites, par e-mail à :

carla.santos@luxdev.lu c/c ines.pereira@luxdev.lu

- d) Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres
e) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. Langue, monnaie, réception et ouverture des offres

- a) Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) sont en portugais.
B) Monnaie : EUR
C) Adresse pour la réception et l'ouverture : 1 original et 2 copies, à envoyer au:

Programme CVE/082
c/o LuxDev Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia
Santiago – Cabo Verde

- d) Date et heure limite pour la réception des offres : 29.01.2021 à 10h00 (heure locale)
e) Date et heure pour la séance non publique d'ouverture : 29.01.2021 à 10h30. L'ouverture des offres sera effectuée à huis clos. Le rapport d'ouverture des soumissions sera transmis à tout soumissionnaire qui en fera la demande.

8. Garanties

- a) Garantie de soumission : N/A
b) Garantie de Bonne exécution : 10 % du montant du Marché
c) Autres : voir DAO

9. Paiements

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent Marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du programme CVE/082.

10. Réunion d'information et/ou Visite des lieux

N/A.

11. Prestations complémentaires ou additionnelles

Le présent Marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du Marché initial.

12. Renseignements complémentaires : voir DAO



Ministério das Finanças

Unidade de Gestão
de Projetos Especiais

UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PAÍS: CABO VERDE

PROJETO: PROJETO INCLUSÃO SOCIAL

PROJETO ID Nº: P165267

CRÉDITO Nº 6355-CV

Ref: EOI – 018/SIP/UGPE/2021

Data: 12 de janeiro de 2021

Assunto: Recrutamento de um (a) Gestor(a) do Projeto Inclusão Social

1. O Governo de Cabo Verde recebeu da Associação Internacional de Desenvolvimento - IDA/Banco Mundial (adiante designado por “Banco Mundial”) um crédito no montante de US\$ 10 milhões (dez milhões de dólares americanos), para a implementação do Projecto de Inclusão Social, que visa apoiar os esforços na construção de um sistema de proteção social eficaz que promova a inclusão social e produtiva.
2. O projeto terá como objetivo de apoiar os esforços do Governo na expansão do programa de transferência de renda e no desenvolvimento de um sistema de proteção social que promova a inclusão social e produtiva através de desenvolvimento de sistemas eficazes de prestação de serviços para a divulgação, seleção e gestão de programas.
3. O Governo, através da Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE), pretende aplicar parte dos recursos para recrutamento de um (a) (1) Gestor para o Projeto de Inclusão Social, a tempo integral, o (a) Gestor(a) do projeto será responsável, em estreita sintonia com os beneficiários do projeto, pela programação e planeamento dos trabalhos, consolidação dos cadernos de encargos/termos de referências e outros documentos técnicos que constituem os dossiers dos diferentes tipos de concurso, e pelo seguimento e avaliação das atividades no terreno. O cargo tem uma duração prevista de um ano podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a conclusão total do projeto. A remuneração mensal para esta função, será de acordo com a tabela salarial em uso nesta Unidade e de acordo com a resolução nº14/20 de 27 de janeiro de 2020.
4. O local de trabalho será nas instalações da Unidade de Gestão de Projetos Especiais situada na Avenida China, Edifício Tribunal Constitucional 2º e 3º andar, chã d’Areia, Cidade da Praia. Atendendo à especificidade da função, sempre que necessário o(a) contratado(a) prestará serviço nos locais onde decorrem as atividades de execução do projeto.
5. Informações detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência que pode ser solicitado através dos endereços de correios eletrónicos abaixo indicados, ou consultado no endereço do escritório durante o horário normal de funcionamento.
6. A UGPE convida os candidatos elegíveis e qualificados a apresentarem a sua candidatura para o cargo de Gestor do Projeto Inclusão Social, fornecendo dados e informações que confirmem a sua experiência e capacidade técnica necessária para desempenhar o referido cargo. **Uma Carta de Manifestação de Interesse e Curriculum Vitae atualizado, no modelo europass, indicando a descrição de atribuições semelhantes, experiência e referências de contactos em funções semelhantes são exigidas.**
7. Os critérios de seleção são os seguintes:
 - i) Ter um diploma universitário em Ciências Sociais e Humanas, ou áreas afins. O mestrado será uma mais valia;
 - ii) Ter pelo menos cinco (5) anos de experiência profissional comprovada no setor social;
 - iii) Ter pelo menos três (3) anos de experiência na gestão e implementação de projetos de investimento, de complexidade semelhante, e, preferencialmente no sector da proteção social;
 - iv) Bons conhecimentos do sector da proteção social, emprego e formação profissional, de políticas relacionadas com o desenvolvimento assim como a legislação serão vantajosos.
 - v) Capacidade para trabalhar num contexto multisectorial e comunicar eficazmente com os especialistas de outros domínios;
 - vi) Capacidade organizativa, de diálogo e de dinamização de equipas e instituições;
 - vii) Ter conhecimentos de informática na ótica de utilizador;
 - viii) Excelentes habilidades analíticas, de síntese e escrita.
 - ix) Domínio da língua portuguesa, inglesa e/ou francesa;
 - x) Disponibilidade imediata (máximo 1 mês).
8. Os candidatos devem ter em atenção os parágrafos 3.14, 3.16 e 3.23, do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, julho 2016 e revisto em novembro de 2017, e agosto 2018 estabelecendo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses e elegibilidade.
9. Os candidatos serão selecionados em conformidade com os procedimentos especificados nas diretrizes do Banco Mundial Regulamento de Aquisições para mutuários de operações de financiamento de Projetos de Investimento, julho 2016 e revisto em novembro de 2017 e agosto 2018 e de acordo com a modalidade de seleção de Consultores Individuais (IC).
10. A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) reserva o direito de não selecionar qualquer técnico, caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.
11. Os interessados poderão obter informações adicionais sobre o concurso através dos endereços de correio eletrónico indicados abaixo durante o horário normal de trabalho, das 08:00 às 16:00 horas.

Correio Eletrónico: ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.B.Vicente@mf.gov.cv; sandra.lima@mf.gov.cv
C/C: Nuno.Gomes@mf.gov.cv
12. A Manifestação de Interesse deve ser entregue por escrito e em língua portuguesa, no endereço abaixo indicado (envelope fechado) ou pelo correio eletrónico abaixo indicado, até o dia 28 de janeiro de 2021, até as 15:00 (horas de Cabo Verde).

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

Ministério das Finanças

Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordenador

Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar

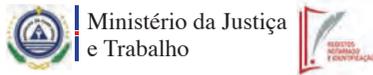
Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago

C.P.nº 145, Republica de Cabo Verde

Tel: + 238 - 261 7584/261-6198

Email: ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv; sandra.lima@mf.gov.cv

C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv;



Ministério da Justiça e Trabalho
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 71, de folhas 73 á 74 a Justificação Notarial em que é justificante **João Gabriel Sousa dos Reis**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de dois um prédios: 1- Prédio de rústico de regadio, medindo 1.439 m2, situado em Boca de Ribeirinha de Jorge - Ribeira da Torre, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 3322/0, confrontando do Norte, caminho; Sul com Estrada Este, com Caminho e Manuel Tomás e irmãos e do Oeste com José Pedro Lopes; 2- Prédio de rústico de sequeiro, medindo 4.548,51 m2, situado em Cruz - Ribeira Grande, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1125/0, confrontando do Norte, caminho; Sul com Borda; Este, com Quirino

Mateus dos Santos e do Oeste com António José Estrela.

O justificante alega na referida escritura que os referidos prédios, lhe veio a posse o primeiro por compra, feita no senhor, João Evangelista Santos, no ano de 1968, por documento particular e o segundo por deixa por testamento, outorgada por seu pai, Marcos dos Reis, e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

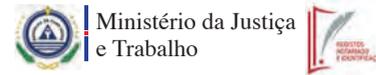
Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 01 dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte um.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 1533/2021



Ministério da Justiça e Trabalho
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 19 Série, que no dia seis de janeiro de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 71, de folhas 75 v á 76, á Justificação Notarial em que é justificante **José Sebastião do Nascimento**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, de nacionalidade Portuguesa, residente em Portugal, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um prédio de - Casa Terrea Coberto de Colmo, cozinha e quintal, medindo 61.67 m2 (sessenta e um, virgula sessenta e sete metros quadrados), situado em Tarrafal - Cidade da Ribeira Grande, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 163/0, confrontando do Norte, com José Miguel Martinho; Sul com António Francisco de Jesus; Este, com Miguel António Ramos e do Oeste com JBartolo-

meu Confessor Oliveira;

O justificante alega na referida escritura que o referido prédio acima identificado, lhe veio a posse por compra feita no senhor, José Sebastião Monteiro, no ano de 1970, por documento particular, e que após a compra, fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 08 dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e um.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 38/21



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRATO

Certifico narrativamente, para efeitos de segunda publicação que, a fls. 100 do livro de notas para escrituras diversas número 46-B, a fls 01 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e nove de Dezembro de dois mil e vinte, na qual se declara que no dia quatro de Setembro de mil, novecentos e noventa e seis, na cidade de Boston, Estados Unidos da América, faleceu **JACINTO FIDALGO**, de oitenta e seis anos de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi nos Estados Unidos da América, no estado de casado no regime de comunhão geral de bens, com Maria Lopes de Pina, sua viúva meira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Lucindo Lopes de Pina Fidalgo**, solteiro, maior;
- b) **Luciano Lopes de Pina Fidalgo**, solteiro, maior;
- c) **Maria Gertrudes Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;
- d) **Gertrudes Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;
- e) **Maria Goreth Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;
- f) **Jorge Lopes de Pina Fidalgo**, solteiro, maior;

g) **Maria da Conceição Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;

h) **Catarina de Pina Barros**, casada com Casimiro Resende de Barros, no regime de comunhão de adquiridos;

i) **Margarida Lopes Fidalgo**, solteira, maior;

j) **Sabina Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;

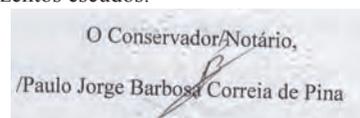
k) **Jesuina Lopes de Pina Fidalgo**, solteira, maior;

l) **José Fidalgo de Pina**, solteiro, maior, todos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, todos residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança do falecido.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos trinta de Dezembro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º 74/12
Artigo 20º. 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma: 1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.



CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@mi.gov.cv

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dois de Outubro de dois mil e dezasete, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário p/s do Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 3/A, a folhas 100 a 101, a seguinte habilitação:

Que no dia **oito de Janeiro** do ano **dois mil e quinze**, faleceu em Nice - França, sem testamento ou disposição de última vontade o Sr. **PEDRO MONTEIRO DA VEIGA**, no estado de casado com **INÁCIA GOMES VARELA**, sob regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Nice França. Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos:

a) **JOSÉ MANUEL GOMES DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

b) **AUGUSTO VARELA DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

c) **EUCLIDES GOMES DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

d) **JOVINA VARELA DA VEIGA** no estado de solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

e) **MANUEL DAS NEVES GOMES DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

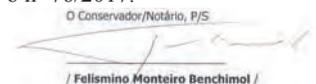
f) **ESTEVAO GOMES DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França;

g) **JOSÉ ARMINDO GOMES DA VEIGA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França; Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, cinco de Janeiro de dois mil e vinte e um.

CONTA: Artº.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 76/2017.



Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 09.12.2020, de folhas 51 a 52 do livro de notas para escritura diversa número 247, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Marina Melicio Silva Évora, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Cesaltina Beatriz Sousa Orrico Ramos e Belmiro Manuel Ramos**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **quatro do mês de Janeiro do ano mil novecentos e noventa e dois**, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Cesaltina Beatriz Sousa Orrico Ramos**, aos quarenta anos de idade, no estado civil de casada com Belmiro Manuel Ramos, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Praia, filha de António Fernandes Orrico e de Herminia Sousa Orrico, e que teve a sua última residência habitual em Fazenda, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

João Paulo Orrico Lima Ramos, solteiro, residente nos Estados Unidos da América; **Nicolina Maria Sousa Orrico Ramos**, casada com Ângelo Maria varela Semedo, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Africa do Sul; **Miriam Helena Orrico Lima Ramos**, solteira, maior, residente Chã D'Áreia; **Raquel de Jesus Orrico Lima Ramos**, solteira, maior, residente em Fazenda, Praia; **Carla Simone Orrico Lima Ramos**; solteira; todos maiores, naturais das freguesias de São Lourenço dos Órgãos e Nossa Senhora da Graça, concelhos de São Lourenço e Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia **vinte e cinco do mês de Dezembro do ano dois mil e dezoito**, no seu domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Belmiro Manuel Ramos**, aos setenta e três anos de idade, no estado civil de viúvo de Cesaltina Beatriz Sousa Orrico Ramos, natural que foi da freguesia São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, filho de Manuel Valentim Ramos e de Catarina Guilhermina Lima, e que teve a sua última residência habitual em Fazenda, Praia.

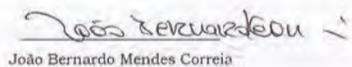
Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como herdeiros, além dos filhos habilitados na primeira habilitação, a filha dele: **Stella dos Reis Gama Ramos**, maior, casada com Edson Samury Pereira Mendes Tavares, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Fazenda, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 14 de Dezembro de 2020.

O Oficial Ajudante,



João Bernardo Mendes Correia

CONTA: _129/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00 Total 1.200\$00.

Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF-353331112



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@rni.gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia onze de janeiro de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 6/A, a folhas 137 a 138, a seguinte habilitação:

Que no dia vinte e nove de dezembro do ano dois mil e três, faleceu em freguesia de Santa Catarina de Santiago, sem testamento ou disposição de última vontade o **Sr. Arlindo Moreira Semedo**, no estado de casado com Ema Monteiro da Moura, sob regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Palha Carga de Engenheiros - Santa Catarina. Que lhe sucedeu como herdeiros, os filhos legítimos:

a) MARIA DE JESUS VAZ SEMEDO, no estado de solteira, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Portugal; **b) JOSÉ MANUEL DA MOURA SEMEDO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França; **c) EUCLIDES VAZ SEMEDO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em Suíça; **d) AGOSTINHO DA MOURA SEMEDO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **e) JOAQUIM DA MOURA DEMEDO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **f) MARIA LAURINDA DA MOURA SEMEDO**, no estado de solteira, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **g) REGINO DA MOURA SEMEDO**, no estado de solteiro, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **h) CASALTINA VAZ SEMEDO**, no estado de solteira, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em Assomada; **i) INACIA DA MOURA SEMEDO**, no estado de solteira, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **j) ALCINDO JORGE DA MOURA SEMEDO**, no estado de casada, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em residente em França; **k) DOMINGOS VAZ SEMEDO**, no estado de solteira, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Suíça; **l) FRANCISCO MOREIRA SEMEDO**, no estado de casado, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos onze de janeiro de dois mil e vinte e um.

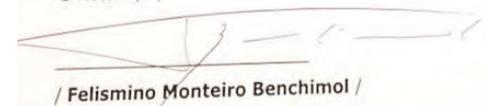
CONTA:

Arto 20.4.2. 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos) Reg. sob o nº 09/2020.



/ Felismino Monteiro Benchimol /

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 05.01.2021, de folhas 23 a 23v do livro de notas para escritura diversa número 249, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **João Gomes de Pina**, nos termos seguintes:

Que no dia **oito do mês de Junho do ano de mil e novecentos e noventa e oito**, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **João Gomes de Pina**, aos sessenta e sete anos de idade, no estado civil de casado com Maria Vaz, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Guilhermina Gomes de Pina, e que teve a sua última residência em Várzea da Companhia, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como único herdeiro o seu filho: **Paulo Vaz Gomes de Pina**, divorciado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia e residente em Bela Vista, Praia.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 07 de Janeiro de 2021.

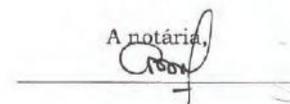
CONTA: 202100748/2020

Art. 20.4.2.....1000\$00

Selo do Acto200\$00

Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,



1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112

EXTRATO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45º /2014, de 20 de Agosto BO nº 50 – 1ª Série, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas no 8, de folhas 22 a 22 V, outorgada no dia 17/12/2020, na qual, **António Pedro Rocha e Maria de Fátima Lopes Rocha**, casados entre si sob o regime de comunhão geral de bens, segundo declara, naturais de Cabo Verde, de nacionalidade portuguesa, residentes em Portugal, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio rústico de regadio medindo 2013,25 metros quadrados, situado em Eito - Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas sob o número 6241/0, confrontando do Norte com Daniel Silva, Sul e Este com Estrada, Oeste com Rosa Maria Ramos, com o valor matricial de **trezentos e setenta e três mil e setecentos e cinquenta e dois escudos**, omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

Que, o terreno, lhes vieram à posse, por compra feita, pelo justificante marido, a senhora Maria Rosária Nobre de Oliveira Silva, desde o ano de 1993, pelo preço de oitocentos mil escudos, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detêm sem

interrupção ou ocultação de quem quer que seja há mais de vinte e cinco anos.

Que logo de seguida à celebração do negócio procederam a inscrição na matriz e como a vendedora não tinha o registo predial no seu nome, não puderam formalizar a referida venda, impossibilitando, assim, a prova, pelas vias normais, da aquisição do direito de propriedade sobre o imóvel.

Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião o que invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação. -----

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 07/01/2021

Conta nº 09/2021

A Conservadora/Notária,

Alicia Patricia da Cruz da Luz

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tef : (+238)223 16 83 - email: alicia.luz@rni.gov.cv

EXTRATO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, Alicia Patricia da Cruz da Luz, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 8, de folha 23 a 23 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Mateus Antónia Lopes**, falecido no dia 24/04/2013, na freguesia de Nossa Senhora da Luz - Concelho de São Vicente, natural da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, filho de Antónia Clara Lopes, com última residência em Cabo Ribeira do Paul, no estado de solteiro.

Na referida escritura foi declarado que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e deixou como herdeiros legítimos os seus filhos: - **Valdemiro Fonseca Lopes**, solteiro,

maior, residente em Ribeirinha – São Vicente, **Eloisa Fonseca Lopes**, solteira, maior, residente em Fonte Francês – São Vicente, **Zuleica Fonseca Lopes**, solteira, maior, residente em Monte Sossego - São Vicente, todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do falecido Mateus Antónia Lopes.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 12 de Janeiro de 2021.

Conta nº 13 / 2021.

A Conservadora/Notária,

/ Alicia Patricia da Cruz da Luz

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tef :(+238)223 16 83 - email: alicia.luz@rni.gov.cv

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

João Alessandro Santos Marques Barbosa Amado, Notário P/Substituição no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de segunda publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei no 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia onze de Dezembro de dois mil e vinte, a folhas dezasseis do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta seis foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Luisa Santos Varela Fernandes**, que, têm perfeito conhecimento de que no dia nove do mês de Novembro de mil novecentos e oitenta e oito, faleceu **Luisa Santos Varela Fernandes**, que também usava o nome de **Luisa Santos Varela**, no estado de viúva, foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Dakar;

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros dois filhos e três netos estes em representação do pai **Feliciano Varela**, filho da autora da herança já falecido;

Filhos:

1 - Matilde Varela Dos Santos, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Senegal;

2 - Izidia Santos Varela, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Senegal;

Netos:(filhos de Feliciano Varela)

1. Anette Mercedes Fortes Lima Varela, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Rabil;

2. Elísia Fortes Lima Varela, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Rabil;

3. Evaldo Ilísio Lima Varela, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Rabil;

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Luisa Santos Varela Fernandes**.

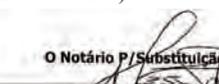
E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto – lei nº9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos catorze dia do mês de Dezembro de 2020.

Art.º 20º,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

O Notário P/Substituição

/ Joao Alessandro Amado/

EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 77 vº a fls 78 vº do livro de notas para escrituras diversas número 27-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de seis de Fevereiro de dois mil e catorze, na qual o Sr. **EVANDRO BERNARDINO DAS NEVES PIRES MONTEIRO**, com NIF104370963, casado com Maria Joana Ribeiro Gonçalves Monteiro no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em São Filipe, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do seguinte prédio: um lote de terreno destinado à construção urbana, no sitio de Xaguete, identificado pelo lote número quarenta e um, medindo duzentos e vinte e cinco metros quadrados, confrontando ao norte e oeste com via pública, sul com lote número quarenta e dois e este com lote número trinta e nove, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número quatro mil, seiscentos e quarenta e um, com o valor

matricial de cento e cinquenta mil escudos.

Que o referido prédio lhe veio a posse por compra particular a Manuel Roque Silva, sem que pudesse dispor de título bastante para o registo.

Que, em virtude da referida compra ele justificante passou a exercer a posse e domínio sobre o mesmo lote de terreno, sem oposição de ninguém, à vista de toda a gente, tudo na convicção de estar a exercer um direito que lhe é próprio.- Que para suprir a falta de um título aquisitivo legal, para efeito de inscrição no registo predial, vem por este meio justificar o domínio que detém sobre o dito lote de terreno.

Está conforme o original.

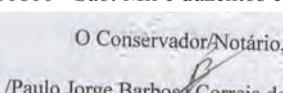
São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos oito de janeiro de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 07/01

Artigo 20o. 4.2 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00 Soma:

...1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **trinta e sete a trinta e oito** foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Virgolino Borges**, falecido em três de Julho de dois mil e vinte, em Ribeirão Manuel, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Catarina Vaz Moreira Borges, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus netos: **a) - Cédric Jorge Borges; b) - Loic Jorge Borges**, solteiros, maiores, naturais e residentes em Suíça, em representação da filha, **Domingas Semedo Borges**, que também usava e era conhecida

por **Domingas Mendes Jorge**, pré-falecida em vinte de agosto de dois mil e dezanove.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Virgolino Borges**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos trinta e um de dezembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4233/2020

A Notária por substituição
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia oito do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número dois, de folhas catorze a quinze, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e seis do mês de Janeiro do ano dois mil e seis, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Monte Sossego, faleceu **ROSA JOSEFINA SILVA RAMOS**, aos quarenta e quatro anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de solteira. Que, a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, **a) REINI JORGE RAMOS SILVA; b) MAURINO DAVID RAMOS SILVA, e c) GLENN WAGNER RAMOS MAURÍCIO**, todos solteiros maiores natu-

rais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residentes Monte Sossego, ilha de São Vicente.

Que não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da referida **Rosa Josefina Silva Ramos**.

Mais se informa que, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos oito de Janeiro de dois mil e vinte e um.

Art. 20.9.4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma.....1.200\$00

Processo nº 2517 47.

Conta nº 202100608

O Notário/
Manuel António Pina Rodrigues Rosa/
Monte Sossego - São Vicente

SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE
Avenida da Holanda - Rua Abílio Duarte nº 9 - Monte Sossego
(Telefone: 2313100 / IP: 3108 - 3110)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação
CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia doze de novembro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/69, a folhas **29 V á 30F**, a habilitação de herdeiros, por óbito de **ANTÓNIO ROBERTO DA CRUZ**, casado com Maria do Rosário dos Santos da Cruz sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de Vicente, onde teve a sua residência habitual em Madeiralzinho, cidade do Mindelo. Falecido no dia dez de outubro de dois mil e vinte, no Hospital Doutor Baptista de Sousa, São Vicente. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legítimos, os seus filhos: a) - **Nelson Ricardo dos Santos da Cruz**, à data do óbito, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Madeiralzinho, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; b) - **Lenine Santos da Cruz**, à data do óbito, solteiro, maior, natural da fre-

guesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Palmarejo, cidade da Praia, ilha de Santiago c) **Gillienne Edlize Santos da Cruz**, à data do óbito, solteira, maior natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde reside em Madeiralzinho, cidade do Mindelo.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros. -

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte.

A Notária por acumulação
Tirza Francisca Pires Fernandes

CONTA: Artº.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº_250796 Conta nº 202100189

CARTORIO NOTARIAL DA REGIÃO DERRIMEIRA CLASSE DE SAO VICENTE
Notária em Acumulação Tirza Francisca Pires Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo-SV-Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação -232 63 77 / Telefone Secretária - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **trinta e nove frente e verso** foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Maria Dulcelena Borges Mendes**, falecida em dois de agosto de dois mil e vinte, no Hospital Agostinha Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, com a sua última residência na Vila de Sal Rei, ilha da Boavista, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de solteira.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como única herdeira legítima a sua filha: **a) - Nádia Patrícia Borges Xavier**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residente nesta cidade de Asso-

mada. Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram à indicada herdeira, ou com ela possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Dulcelena Borges Mendes**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos trinta e um de dezembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4241/2020

A Notária por substituição
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)